

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO DE PAULA BUENO DE MELO

O MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA NOS PAÍSES
EMERGENTES NA UNIÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DO
PÓS-COVID-19

CURITIBA

2024

RODRIGO DE PAULA BUENO DE MELO

O MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA NOS PAÍSES
EMERGENTES NA UNIÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DO
PÓS-COVID-19

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Wellington da Silva Pereira

CURITIBA

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais Marcia e David que durante toda a minha vida incentivaram e apoiaram meus estudos, sempre me ajudando em tudo que fosse possível, sentando-se ao meu lado para que eu aprendesse.

Também agradeço a minha irmã Leticia, que como minha veterana no curso de economia, pode me dar um especial direcionamento durante toda a graduação, inclusive neste trabalho.

Agradeço também ao meu cunhado Thiago, que foi meu professor de português no ensino médio, e foi importante para que eu melhorasse minha escrita para passar no vestibular e fazer os trabalhos da faculdade.

Sou grato ao meu irmão Felipe, a todos os familiares e amigos que me fizeram companhia e me ouviram durante este período na UFPR.

Em relação a UFPR, sou grato a todos aqueles que contribuem para que o funcionamento dessa instituição, em especial os professores que contribuíram para minha formação, como o professor Victor Manoel Pelaez Alvarez que me orientou durante a iniciação científica, além daqueles que perdemos durante a pandemia.

Ainda tenho que agradecer muito ao professor Wellington da Silva Pereira, o qual lecionou a matéria de desenvolvimento econômico I durante o período da pandemia, e que foi meu orientador nesse trabalho, sempre me tratando de forma muito compreensiva e paciente.

Enfim, agradeço aos integrantes da banca professor Hugo Carcanholo Iasco Pereira e a professora Larissa Naves de Deus Dornelas, por disporem de seu tempo e conhecimento para avaliar e contribuir com o trabalho.

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de discutir as ferramentas disponibilizadas pelo Mecanismo Recuperação e Resiliência (MRR) para os países emergentes da União Europeia como forma de enfrentamento aos efeitos de retração econômica após a pandemia do Covid-19. Para isso foi necessário estudar o cenário econômico anterior à pandemia, assim como o próprio período, além de se aprofundar sobre a formação econômica e os impactos da COVID-19 nesses países emergentes. Assim, o trabalho apresenta detalhes sobre o MRR e os planos de recuperação e resiliência dos países estudados, os quais eram a contrapartida para receber recursos do MRR. Para isso, o trabalho utilizou uma metodologia de caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa, com a análise de documentos, trabalhos acadêmicos, dados estatísticos, informativos oficiais de governos e organizações que se relacionam ao tema, além de notícias para dar apoio à descrição de eventos recentes. Por fim, foi possível constatar que as ferramentas de recuperação pós-covid 19 se concentraram principalmente nas áreas de digitalização e transição energética dos países, além dos desafios correntes presentes nessas economias e no bloco.

Palavras-chave: COVID-19. “União Europeia”. Emergentes. “Mecanismo de Recuperação e Resiliência”. Europa.

ABSTRACT

The aim of this monographic work is to discuss the tools made available by the Recovery and Resilience Facility (RRF) to emerging countries in the European Union as a way of coping with the effects of the economic downturn following the Covid-19 pandemic. For this was necessary to study the economic scenario before the pandemic, as well as the period itself, besides to delving into economic formation and the impacts of COVID-19 in these emergent countries. Thus, the work presents details of the RRF and the recovery and resilience plans of the studied countries, which were a counterpart to receive the RRF funds. For this, the work used a methodology of exploratory character, with a qualitative approach, and the analysis of documents, academic works, statistic data, organizational and governmental official information those were related to the theme, also news to support the description of recent events. Finally, was possible ascertain that the tools of post covid recovery were concentrated principally in the digitalization and energetic transition of those countries, besides the current challenges of this economies and the bloc.

Keywords: COVID-19. "European Union". Emergent. "Recovery and Resilience Facility". Europe.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL	18
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO BRENT EM DÓLARES....	19
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS DO BCE.....	20
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO PIB DA ZONA DO EURO.....	20
GRÁFICO 5 - DESEMPREGO NA EUROPA.....	22
GRÁFICO 6 - DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO EM PROPORÇÃO AO PIB.....	23
GRÁFICO 7 - INFLAÇÃO MENSAL DA ZONA DO EURO (VARIAÇÃO ANUAL).....	24
GRÁFICO 8 - MORTES POR COVID-19 NA UNIÃO EUROPEIA.....	35
GRÁFICO 9 - MORTES POR MILHÃO POR COVID-19.....	36
GRÁFICO 10 - PIB TRIMESTRAL EMERGENTES NA UNIÃO EUROPEIA	37
GRÁFICO 11 - SALDO ORÇAMENTÁRIO EMERGENTES UNIÃO EUROPEIA	38
GRÁFICO 12 - DESEMPREGO EMERGENTES UNIÃO EUROPEIA	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – VALORES DISTRIBUÍDOS A CADA PAÍS NO ÂMBITO DO SURE	39
TABELA 2 – VALORES DO PRRS DOS PAÍSES EMERGENTES	45

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

UE – União Europeia

MRR – Mecanismo de Recuperação e Resiliência

PRRs – Planos de Recuperação e Resiliência

BCE – Banco Central Europeu

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
2.	O DEBATE ECONÔMICO E OS IMPACTOS DA PANDEMIA	14
2.1	O DEBATE ECONÔMICO PRÉ PANDEMIA	14
2.2	SITUAÇÃO ECONÔMICA ANTES DA PANDEMIA	17
2.3	A CRISE ECONÔMICA DA COVID-19	20
3	O IMPACTO DA RECESSÃO CAUSADA PELA COVID-19 SOBRE OS PAÍSES EMERGENTES MEMBROS DA UE	24
3.1	PAÍSES EMERGENTES NA UE	24
3.1.1	BULGÁRIA	25
3.1.2	CROÁCIA	27
3.1.3	HUNGRIA	28
3.1.4	POLÔNIA	31
3.1.5	ROMÊNIA	32
3.2	IMPACTOS DA CRISE SOBRE OS PAÍSES EMERGENTES DURANTE A PANDEMIA	34
3.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	39
4	O MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA E OS PRRS DOS PAÍSES EMERGENTES	41
4.1	O FUNCIONAMENTO DO MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	41
4.2	OS PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DOS PAÍSES EMERGENTES NA UE	44
4.2.1	PRR POLÔNIA	44
4.2.2	PRR CROÁCIA	46
4.2.3	PRR ROMÊNIA	47
4.2.4	PRR HUNGRIA	48

4.2.5 PRR BULGÁRIA.....	49
4.3 DISCUSSÃO ACERCA DO MRR E DOS PRRS	50
5 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia objetiva apresentar e discutir como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia foi utilizado para apoiar a recuperação econômica após a crise da pandemia dos países considerados emergentes dentro do bloco. Dessa forma, é essencial lembrar como o mundo se encontrava antes da disseminação da Covid-19, assim como seus impactos nas economias, e as mudanças que ocorreram devido a uma série de medidas sanitárias, de comportamento da população e alterações nas cadeias de valor.

Neste contexto de crise mundial, a União Europeia não foi uma exceção, pois houve a necessidade de se fortalecer a relação de cooperação entre os países para colocar em prática políticas de controle da doença, junto a negociações conjuntas para compra de vacinas, além de solidariedade em momentos de falta de insumos médicos e leitos hospitalares. Essa cooperação também se deu em âmbito econômico, com as ferramentas já disponíveis na União, como o Banco Central Europeu e os recursos do orçamento do bloco. Mas, uma crise como essa exigiu a criação de novas ferramentas para o enfrentamento dos problemas econômicos urgentes. Desses mecanismos, o destaque vai para o “apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação urgência” (SURE), que incluía a disponibilização de recursos especificamente para mitigar o desemprego causado pela pandemia (Conselho da União Europeia, 2020a).

Essas medidas exigiram aproximação entre os Estados, indo na contramão daquilo que aconteceu nos anos antes da pandemia no bloco, com movimentações políticas eurocéticas, como mencionam Angelis *et al.* (2020), com destaque para o caso do BREXIT. Assim, foi possível observar um fortalecimento da coesão política do bloco, observada também na criação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, chamado de pilar central do programa Next Generation União Europeia (Conselho da União Europeia, 2020b).

Esse mecanismo tinha por objetivo inicial disponibilizar recursos para os planos de recuperação e resiliência dos países membros do bloco, e contaria com 648 bilhões de euros (em valores de 2022) para recuperar a economia europeia e ao mesmo tempo reposicionar o bloco para enfrentar o desafio da crise climática e o processo de digitalização das economias, o qual foi intensificado no período da pandemia (União

Europeia. Comissão Europeia, 2024d). Além disso, o mecanismo busca cumprir um dos objetivos do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, no qual se trabalhará para que haja coesão econômica, social e territorial (União Europeia, 2012).

Assim as ferramentas para chegar a esse fim serão apresentadas de modo a se alcançar o objetivo geral do trabalho, ou seja, discutir as ferramentas disponibilizadas pelos planos de Recuperação e Resiliência para os países emergentes da União Europeia como forma de enfrentamento aos efeitos de retração econômica após a pandemia do Covid-19. Assim, tem-se como objetivos específicos:

- a) Apresentar e contextualizar os países emergentes na UE;
- b) Apresentar um panorama da crise econômica durante o período da pandemia da COVID-19 no âmbito dos países emergentes na UE, e;
- c) Apresentar e discutir o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), com destaque para os Planos de Recuperação e Resiliência (PRRs) dos países emergentes na UE.

Adicionalmente, o trabalho se justifica por causa da quebra de paradigmas que as mudanças nas políticas econômicas representaram, as quais diferem daquelas adotadas nos últimos anos antes da pandemia, especialmente na Europa, tipificadas como austeras e que tiveram impactos sobre os países mais pobres da UE, segundo Machado (2018), e que depois da crise da covid teriam a chance de tomar um caminho diferente, com políticas fiscais que eram mais recomendadas a economias mais avançadas (Ostry *et al.*, 2016). Além disso, o processo de crise e recuperação acentuou mudanças, que definirão o futuro das economias, e dessa forma seu estudo é importante para compreendermos como essa nova realidade poderá se desenvolver.

Por conseguinte, a metodologia utilizada para se elaborar a pesquisa tem um caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa, com a utilização de análise de documentos, trabalhos acadêmicos, dados estatísticos, informativos oficiais de governos e organizações que se relacionam ao tema, além de notícias para dar apoio à descrição de eventos recentes. Além desta introdução, a monografia possui mais 3 capítulos e as conclusões. O segundo capítulo visa contextualizar o leitor em relação à situação da economia mundial e da UE no cenário anterior à pandemia, e os momentos de maior desestabilização da crise que aconteceram em 2020, quando não existiam vacinas para o vírus. Sendo assim, o trabalho passa ao terceiro capítulo o

qual contextualiza todos os países emergentes da UE e dimensiona o impacto econômico sobre suas economias. Dessa maneira, o trabalho se encaminha na quarta parte, para a apresentação do MRR com o enfoque nas ferramentas destinadas aos países emergentes. E, por fim, apresentam-se as conclusões acerca do que foi possível constatar em relação ao papel esperado do MRR na recuperação desses países.

2. O DEBATE ECONÔMICO E OS IMPACTOS DA PANDEMIA

Na primeira seção deste capítulo buscou-se discutir o debate econômico pré-pandemia acerca das políticas fiscais e seu impacto sobre a desigualdade e políticas públicas. Mais adiante, na segunda seção apresentou-se um panorama do desempenho da economia global antes da COVID-19, caracterizada por apresentar uma desaceleração no ritmo de crescimento, marcada por questões geopolíticas. Neste contexto, é importante destacar que a União Europeia tinha políticas econômicas bastante tradicionais, baseadas na austeridade fiscal, com resultados insatisfatórios em relação à economia e indicadores sociais (Machado, 2018). Já na terceira seção, foram apresentados os efeitos sobre a economia da crise provocada pela pandemia, que forçou a utilização de políticas econômicas incomuns, que vieram a ser a base para atenuar os efeitos da crise, assim como dar suporte à recuperação posterior.

2.1 O DEBATE ECONÔMICO PRÉ PANDEMIA

A discussão acerca do impacto da política fiscal na resposta a problemas econômicos e no desenvolvimento se intensificava antes da pandemia, com destaque para países da Europa que precisaram de pacotes para aumentar a liquidez de suas economias, contanto que adotassem políticas fiscais austeras, conforme informações disponíveis na página web da Comissão Europeia sobre este tipo de ajuda (União Europeia. Comissão Europeia, 2023b). Contudo, essas políticas teriam efeitos sobre a desigualdade. Assim, diferentes instituições globais, começaram a aumentar sua preocupação acerca do tema para ajustar sua atuação a esses efeitos, além de integrar esse debate às pautas econômicas mais atuais até aquele momento.

Essa discussão foi abordada na publicação de finanças e desenvolvimento do FMI pelos autores Ostry *et al.* (2016), em que reconheceram que a desigualdade tem efeitos negativos sobre o ritmo de crescimento dos países, e por isso propõe que os programas de ajuste fiscal sejam colocados em prática de forma ponderada no médio prazo, de maneira a acalmar os mercados e mitigar os efeitos sobre a desigualdade. Além disso, consideraram que países com amplo espaço fiscal, mas com dívidas altas,

poderiam se beneficiar mais em conviver com essas dívidas, do que fazer programas de ajustes que poderiam desacelerar a economia. Ademais, a presidente do FMI, considerou que para reduzir a desigualdade, os governos têm de aumentar a disponibilidade de recursos, sugerindo para isso a tributação progressiva, o uso de tecnologias e o combate a corrupção (Georgieva, 2020). Além disso, uma estratégia de gastos sociais foi traçada pelo fundo (FMI, 2019), para aumentar a eficiência de políticas de mitigação da desigualdade, assim como tornar sua implantação mais factível aos objetivos fiscais traçados. Essa estratégia partiu da definição de gasto social como políticas direcionadas a educação, saúde e proteção social, e tem seus propósitos definidos a partir dos Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU. Além disso, o documento da instituição lista uma série de desafios que essas políticas têm de enfrentar para cumprir esses parâmetros, sendo eles: o envelhecimento da população, a inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, as mudanças tecnológicas e a mudança climática.

Outra entidade em que também se discutia o impacto de políticas econômicas sobre a desigualdade era o Fórum Econômico Mundial (FEM) (2019) em seu relatório de riscos, o qual também apontava para a crescente desigualdade dentro dos países, atribuindo sua causa principalmente às políticas que desde os anos 1980 transferiram grandes quantidades de capital de mãos públicas para privadas nos países ricos e emergentes. Essa desigualdade também é vista como causa de cisões sociais, que fazem nascer a polarização e a fragmentação política. Junto a isso, a ascensão de um mundo multipolar, com maiores tensões entre potências, os acirramentos de conflitos militares, e a desaceleração da economia da China eram vistos como fatores de desaceleração da economia mundial nos anos pré-pandemia. Além disso, os riscos biológicos já eram anunciados no relatório do FEM (2019), citando emergências de saúde recentes pelo mundo como: Ébola, MERS, SRAG, Zika, Febre Amarela e gripes, com destaque para a pandemia de H1N1 de 2009. Ainda de acordo com o FEM (2019, p.46), *“The world is badly under-prepared for even modest biological threats. We are vulnerable to potentially huge impacts on individual lives, societal well-being, economic activity and national security”*¹. Essa falta de preparo era atribuída a erosão de protocolos e sistemas de governança, causadas pela diminuição da

¹ “O mundo está muito mal preparado para ameaças biológicas modestas. Somos vulneráveis a impactos potencialmente enormes em vidas individuais, bem-estar social, atividade econômica e segurança nacional” (FEM, 2019, p.46, tradução nossa).

cooperação multilateral, dada a já citada fragmentação política no mundo. Tais riscos biológicos, também poderiam aumentar à medida que a mudança climática se exacerbasse por causa da falha dos acordos internacionais em limitar o aquecimento do planeta, com a possibilidade de a humanidade sofrer com uma catástrofe climática, devido intensificação de eventos com potencial destruidor, aumento do nível do mar com grandes custos urbanos e insegurança alimentar. O documento também fala que problemas biológicos poderiam afetar a economia de forma comparável aos impactos do clima, embora depois da pandemia de COVID-19 caiba inverter essa relação, para termos ideia do impacto potencial da crise climática (FEM, 2019).

Ademais ao relatório de risco, as mudanças no mercado de trabalho foram pautadas no relatório sobre o futuro dos empregos do FEM (2018), que eram conduzidas pelo rápido progresso tecnológico. Isso vinha aumentando a importância de a força de trabalho ser qualificada, especialmente na área de tecnologia, além de uma crescente necessidade de reaprendizado para desempenhar tarefas, até porque o tipo dos empregos apresentava uma tendência de mudança, dada a crescente automação. Além disso, as empresas vinham aderindo à modelos de trabalho mais flexíveis, com regimes de contratação temporários, assim como utilizar mais o trabalho remoto, o que se esperava gerar um processo de descentralização das empresas.

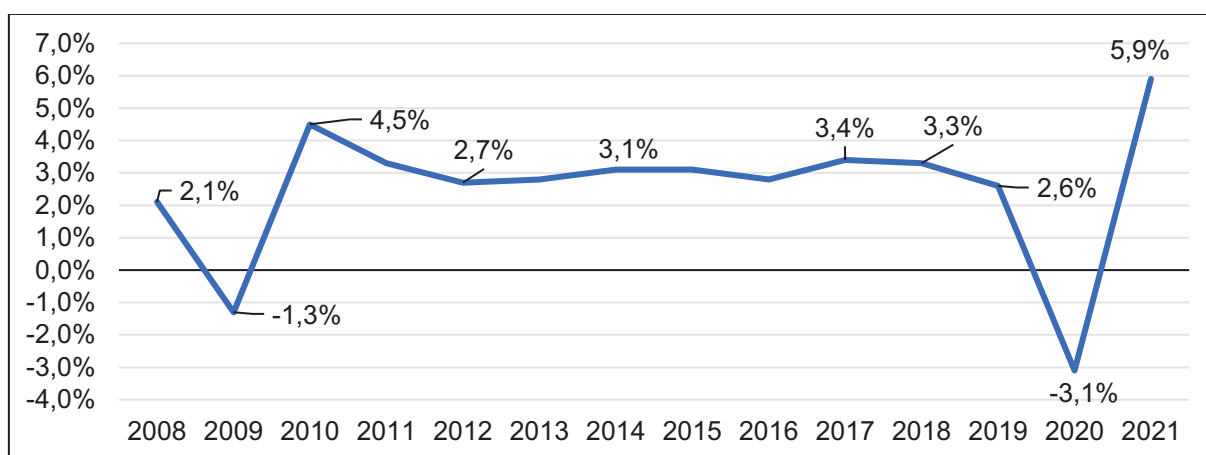
Do mesmo modo, provocada a investigar a questão da desigualdade, a OCDE em um artigo de orientação de política econômica escrito por Cournède *et al.* (2018) apresentam o resultado de um estudo econométrico que relacionou certas políticas fiscais ao crescimento da economia e seu impacto sobre a desigualdade. Assim, as políticas tributárias progressivas e de maior efetividade da governança pública foram as que apresentaram os melhores resultados para elevar a renda ao mesmo tempo que reduziam a desigualdade. Além disso, o maior investimento público, especialmente em áreas de saúde e P&D, foram as políticas analisadas com maior potencial em gerar crescimento, embora não tenham tido impactos significativos para reduzir a desigualdade. Nesta categoria, também se incluem por ordem de impacto: a redução dos gastos com previdência social, o maior uso de imposto recorrente sobre propriedades, maior qualidade da educação e menor tributação efetiva da renda corporativa. Além disso a redução do tamanho do governo gerou mais desigualdade, embora possa ter gerado crescimento.

Esta variedade de temas que se discutiam antes da pandemia, seriam ainda mais esmiuçados, na medida que os governos do mundo todo precisaram atuar contra a crise que se instaurava, tanto para conduzir as políticas públicas como para evitar recessões e seus efeitos sociais.

2.2 SITUAÇÃO ECONÔMICA ANTES DA PANDEMIA

Em 2019 a economia mundial avançava em ritmo lento, apresentando uma tendência de desaceleração do crescimento desde 2018, como é possível observar no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL



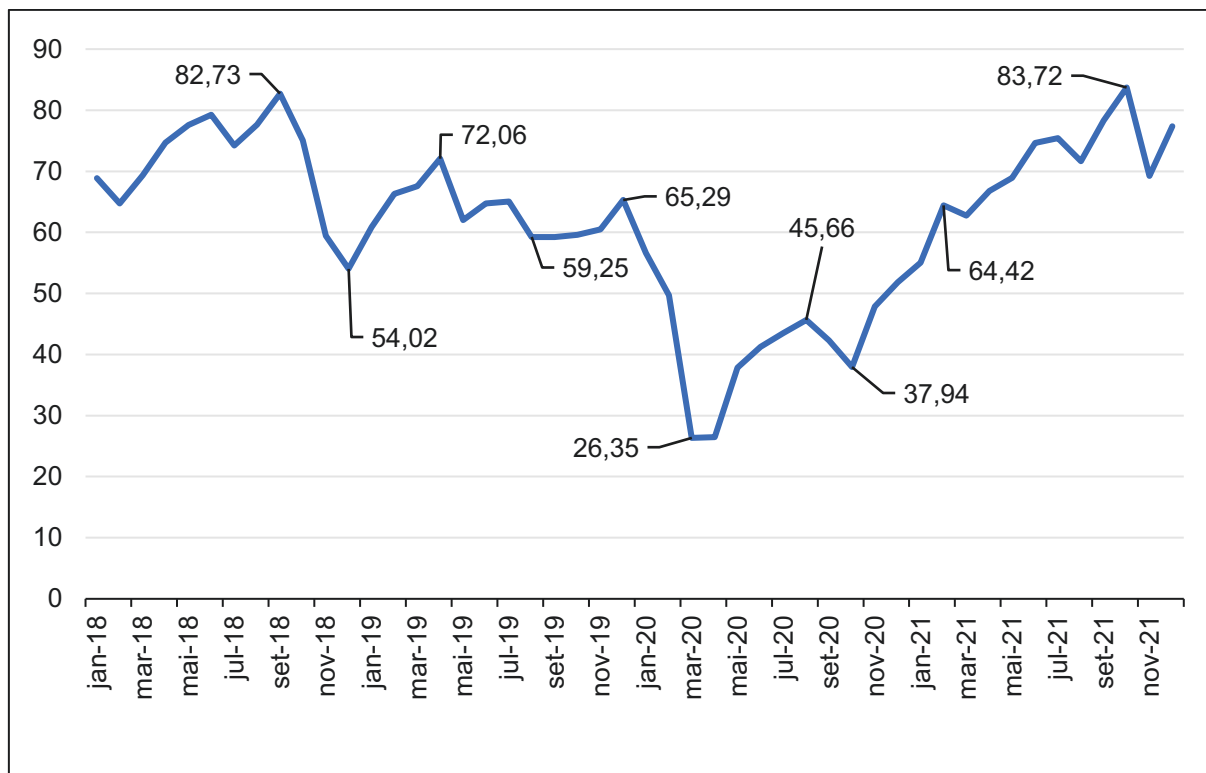
Fonte: elaboração própria com dados do Banco Mundial (2023).

Os principais fatores que levaram a essa situação, expostos por Souza, Levy, Santos e Carvalho (2019), estão listados abaixo:

- As posições protecionistas da política comercial dos Estado Unidos, principalmente em relação a China;
- A saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), junto a possibilidade de não haver um acordo para esta separação;
- A crise política na Itália;
- Tensões geopolíticas relacionadas ao Irã;
- Os ataques a infraestrutura de refino de petróleo na Arabia Saudita.

Esse cenário levou a instabilidades no preço do petróleo, com aumentos em alguns períodos de 2019, como podemos observar no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO BRENT EM DÓLARES

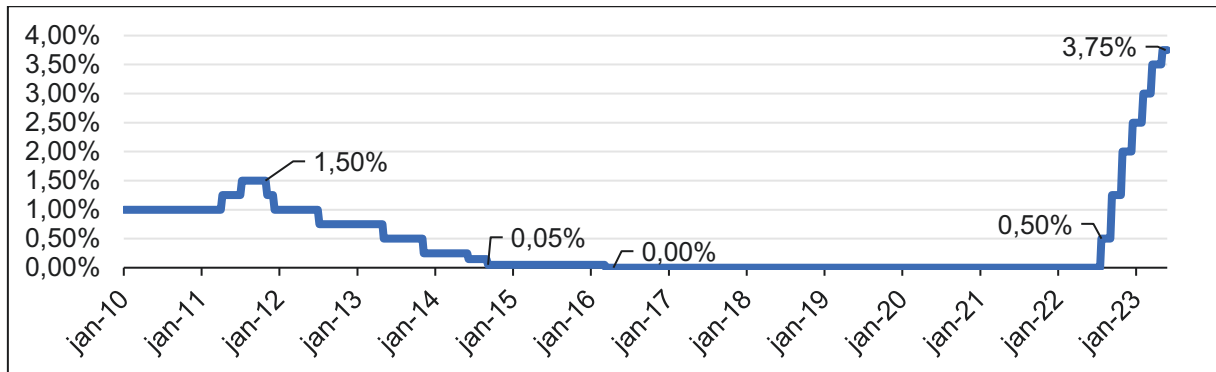


Fonte: elaboração própria com dados de Investing (2023a).

Apesar desse aumento não houve grande pressão inflacionária na maior parte das economias. Além disso, as dificuldades no comércio internacional pesariam na economia de vários países. Em relação ao cenário da Europa, é importante destacar que a desaceleração da economia mundial teve efeito negativo sobre a produção industrial, especialmente na Alemanha, devido à queda na demanda de bens de capital produzidos localmente (Souza; Levy; Santos; Carvalho, 2019).

Para enfrentar a desaceleração as autoridades monetárias, inclusive o Banco Central Europeu, estavam em um processo de redução das taxas de juros como medida de estímulo, o que pode ser visto no gráfico 3.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS DO BCE

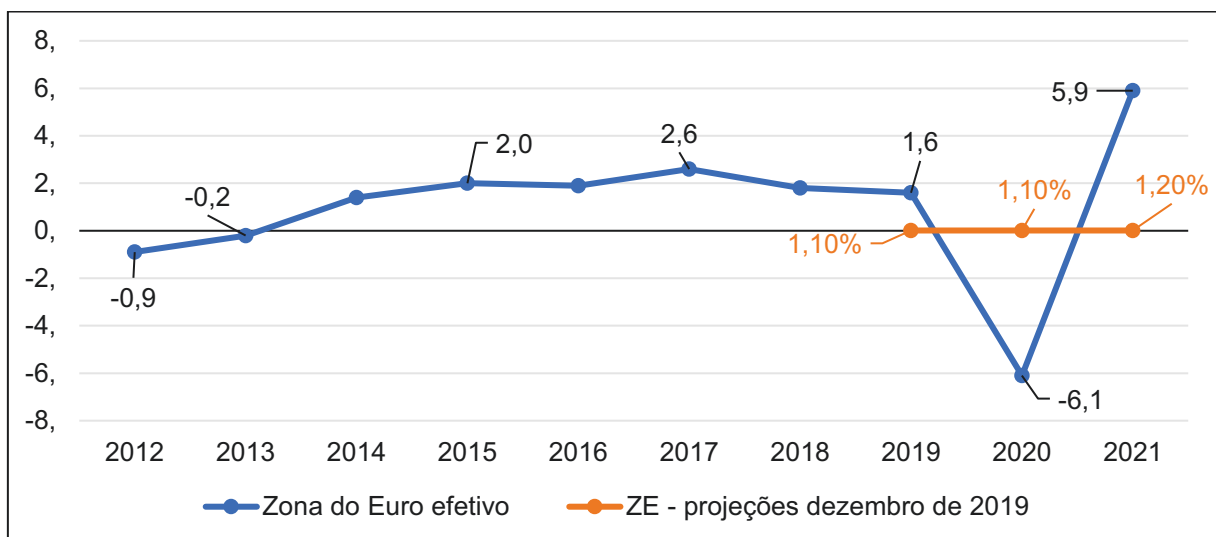


Fonte: elaboração própria com dados do Banco de Portugal (2024a).

Deste modo, com a taxa básica próxima de zero desde meados de 2014, o banco tinha sua atuação limitada para frear a desaceleração da economia, o que faria seus dirigentes utilizarem outras ferramentas, como reduzir a taxa de facilidade permanente de depósitos para o patamar negativo (Banco de Portugal, 2024b).

Também é importante citar o cenário fiscal na Europa que, naquela última década, foi marcado pela austeridade fiscal, dava alguns sinais de maior flexibilidade, com relatório macroeconômico dos especialistas do Euro sistema projetando que em 2020 e 2021 haveria expansão fiscal, seguida por uma estabilização em 2022 (Banco Central Europeu (BCE), 2023b). Porém, essa política seria insuficiente para acelerar o crescimento da economia, de acordo com as projeções do Euro sistema, disponibilizadas pelo Banco de Portugal no gráfico 4.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO PIB DA ZONA DO EURO



Fonte: elaboração própria com dados do Eurostat (2024a) e Banco de Portugal (2023b).

Contudo a pandemia viria para acabar com essas expectativas e efetivar uma profunda recessão, conforme se verificou no Gráfico 4.

2.3 A CRISE ECONÔMICA DA COVID-19

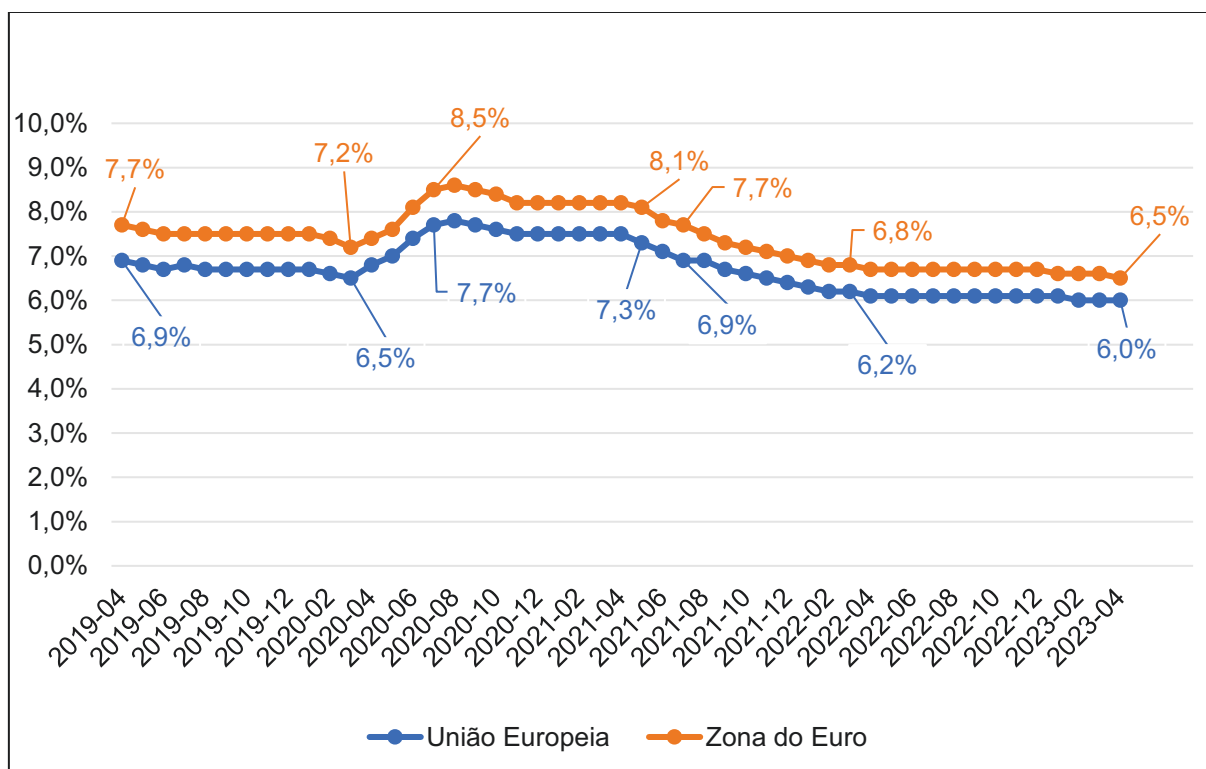
No início de 2020, a China identificou a Covid 19 na cidade de Wuhan, após uma série de casos de pneumonia que vinha ocorrendo desde 2019 de acordo com a Organização Pan-americana da Saúde (PAHO) (2023), e que foram relacionados a pessoas que frequentaram o mercado de frutos do mar da cidade, conforme afirmam Siddiqui *et al.* (2022). E nos meses posteriores a cidade seria a primeira a ter uma disseminação de casos que levaria o sistema de saúde ao limite e a perdas de vidas. Como forma de enfrentamento a cidade foi isolada, as pessoas tinham que ficar em casa e viagens foram bloqueadas, para evitar a disseminação do vírus para fora da localidade (Aljazeera, 2020). Mas a doença já tinha ultrapassado as barreiras internacionais, através de viajantes e foi disseminada pelo mundo. Países da Ásia, como Coreia e Japão, apesar de terem sido afetados com um número significativo de casos, conseguiram controlar inicialmente a disseminação da doença com algum sucesso, com políticas como de rastreamento e isolamento de pessoas que tiveram contato com doentes, o que diminuiu a necessidade de medidas sanitárias mais duras, com impacto econômico maior (Ontiveiros, 2020).

Na Europa, a situação foi diferente, com o primeiro foco da doença surgindo na Itália, o que causou uma sobrecarga do sistema de saúde (BBC News Brasil, 2020). Posteriormente a Covid-19 se espalhou por outros países do continente, e nas Américas a doença causou problemas mais sérios pouco depois, em que o Brasil por exemplo identificou o primeiro caso no final de fevereiro (Brasil. Ministério da Saúde e ANVISA, 2020). Em África a situação epidemiológica não foi tão grave como nas Américas e Europa, e na Oceania, a doença foi bem controlada (Campos, 2021). Em 11 março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou que a doença estava em estado de pandemia (PAHO, 2023). Assim, governos por todo mundo impuseram bloqueios em suas fronteiras para passagem de pessoas, embora as medidas também fossem afetar o transporte de mercadorias (Observatório FIESC, 2020). Junto a isso, medidas de isolamento social foram colocadas em prática, o que causou a

paralisação da atividade econômica em diversos setores. As economias sofreriam um forte choque, e os mercados financeiros reagiram com quedas significativas nos índices de ações e commodities, especialmente o petróleo (Investing, 2023b).

Diante disso, as autoridades monetárias reduziram as taxas de juros aos mínimos possíveis, e iniciaram programas de afrouxamento quantitativo. Na Europa o BCE, anunciou um programa de compra de ativos que tinha o valor inicial de €750 bilhões. Também no âmbito da Europa, um pacote para apoiar o emprego, as empresas e a economia foi a maior fonte de recursos de emergência durante a pandemia no bloco, totalizando €540 bilhões (Conselho da União Europeia, 2020a). Apesar disso, o desemprego na região teve aumento significativo como pode ser observado no gráfico 5.

GRÁFICO 5 - DESEMPREGO NA EUROPA

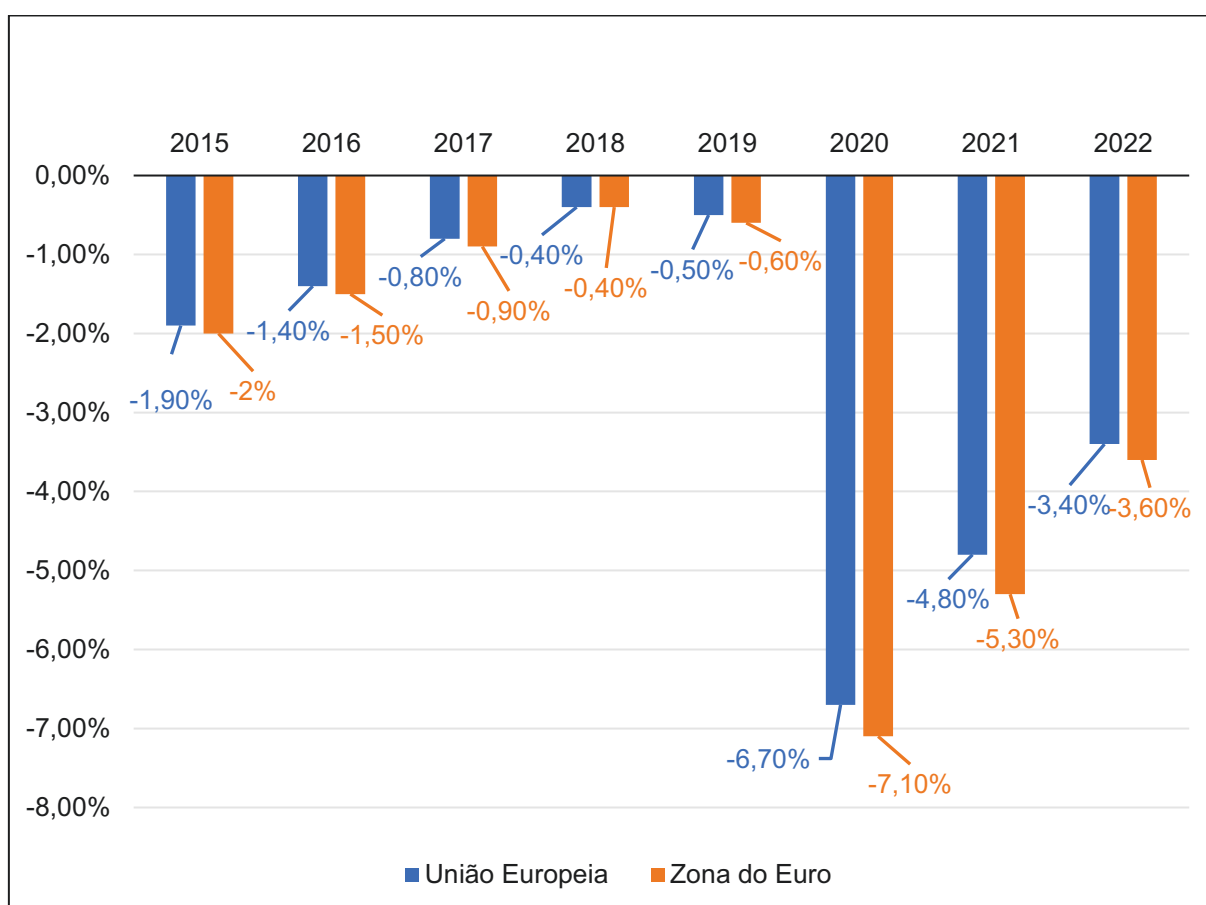


Fonte: elaboração própria com dados do Eurostat (2024b).

Ainda assim, o desempenho do mercado de trabalho europeu foi melhor que dos Estados Unidos, que saiu de 3,5% em fevereiro para 14,8% em abril (Bureau of Labor Statistics, 2024). Considerando a questão orçamentária, o pacote para apoiar o emprego, as empresas e a economia foi a maior fonte de recursos de emergência durante a pandemia no bloco, com cerca de 240 bilhões do Mecanismo Europeu de

Estabilidade, o qual existia antes da pandemia para apoiar o Estados Membros (Serviço das Publicações da União Europeia, 2022), além de 200 bilhões em empréstimos do Banco Europeu de Investimento para empresas, e 100 bilhões do programa SURE para lidar com o desemprego. Outras medidas de menor impacto orçamentário foram tomadas, além da União flexibilizar as regras orçamentárias que os Estados Membros deveriam cumprir (Conselho da União Europeia, 2020a), o que aprofundou o déficit na região, o que pode ser verificado no gráfico 6.

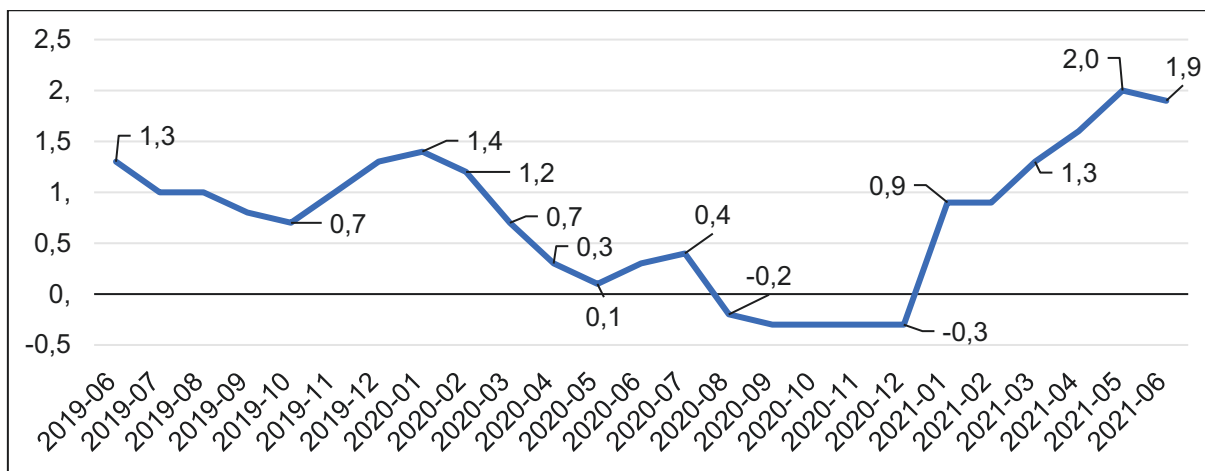
GRÁFICO 6 - DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO EM PROPORÇÃO AO PIB



Fonte: elaboração própria com dados Eurostat (2023b).

Ainda assim, a política fiscal expansionista não evitaria a recessão de -6,1% (Eurostat, 2024a), e essa queda da produção não foi suficiente para manter o nível de preços dentro da normalidade, consequência da queda na demanda, o que fez as taxas de inflação chegarem a patamares próximos de zero, especialmente nos primeiros meses de pandemia como pode ser visto no gráfico 7.

GRÁFICO 7 - INFLAÇÃO MENSAL DA ZONA DO EURO (VARIAÇÃO ANUAL)



Fonte: elaboração própria com dados Eurostat (2023a).

Mas apesar da inflação ter se mantido baixa, isso não evitou os problemas que os choques de oferta e demanda originariam nas cadeias produtivas, e por sua importância são exemplificados abaixo.

- O primeiro fator a se destacar, foi a falta de insumos médicos, já que os sistemas de saúde de diversos países além de terem de operar em capacidade máxima, demandaram expansões emergenciais, com o desencadeamento de uma disputa comercial por insumos médicos. A UE implementou uma regulamentação para exportação desse tipo de bem, e uma política de aquisição conjunta (Conselho da União Europeia, 2020a), para garantir o fornecimento aos países do bloco.
- O segundo deles, foi a necessidade de se digitalizar a vida de forma rápida, para fazer tudo que fosse possível através da internet, e assim evitar aglomeração de pessoas que pudessem transmitir o vírus. Isso, fez com que a demanda por componentes eletrônicos como semicondutores tivessem uma demanda inesperada, mesmo em meio à crise econômica, o que levou a uma escassez desses componentes para indústrias importantes como a automotiva afirma (Becker, 2021, p.27-p.31).

Considerando esses dois fatores, podemos identificar que a crise pandêmica colocou luz nas vulnerabilidades da dependência da União Europeia do comércio supra regional, e que seriam alvos das políticas de recuperação que o trabalho discutirá mais à frente.

3 O IMPACTO DA RECESSÃO CAUSADA PELA COVID-19 SOBRE OS PAÍSES EMERGENTES MEMBROS DA UE

Este capítulo discute sobre o contexto das economias europeias emergentes da UE, além de apresentar um perfil desses países com intuito de contextualizá-los em relação a suas realidades e seus históricos. Ademais, na segunda seção são discutidos os impactos da pandemia sobre esses países, considerando tanto a visão epidemiológica, quanto seus impactos sobre a economia.

3.1 PAÍSES EMERGENTES NA UE

O impacto da pandemia nos países menos desenvolvidos da UE pode ser medido por vários indicadores que serão discutidos na próxima seção, mas primeiramente é necessário abordar os critérios que foram utilizados para a seleção dos países que seriam estudados no âmbito do PRR. Já que o desenvolvimento das economias do bloco se apresenta em estágio bastante avançado, mesmo considerando as economias que tenham indicadores mais fracos².

Existem diversas formas de classificação das economias de acordo com o grau de desenvolvimento, sendo assim, optou-se por escolher o critério do FMI. Essa instituição classifica as economias europeias no grupo de avançadas ou emergentes (em desenvolvimento). Assim, os países selecionados foram os que estavam na lista do FMI em 2020 e fazem parte da UE, que são: Bulgária, Croácia, Hungria, Polônia e Romênia (FMI, 2020). Esses cinco países estão localizados no que era chamado de Europa oriental, durante a guerra fria, caracterizando-se por serem economias pós socialistas. Todos os países aderiram à UE durante a década de 2000, com exceção da Croácia, que entrou no Bloco em 2013. Além disso, somente a Croácia utiliza o Euro como moeda, mas só a partir de 2023 que esse processo foi efetivado. Assim, considerando-se o período de estudo base deste trabalho, nenhum dos países utilizava o Euro durante a pandemia e a posterior recuperação (União Europeia, 2023a, 2023b, 2023c, 2023e, 2023f). Apesar disso, o bloco tem ferramentas para

² O PIB per capita por paridade de poder de compra da Bulgária era de cerca de 24 mil dólares em 2019 (o menor dentre os emergentes na EU), enquanto do Brasil era de 16 mil dólares (FMI, 2024).

convergir em torno de uma política monetária cooperativa, com destaque para o Sistema Europeu de Bancos Centrais (BCE, 2023a).

3.1.1 Bulgária

O perfil descrito nesta seção é baseado em Gomes (2017), e é complementado por outras fontes, que contam a história do país depois de 1990. Assim, essa exposição começa pelo marco da adoção do socialismo pela Bulgária depois da segunda guerra mundial, e embora sua principal influência tenha sido por parte da URSS, nos primeiros anos os líderes do país demonstravam alguma proximidade com o socialismo iugoslavo. Dessa forma, o país teve um crescimento baseado na indústria e na coletivização do campo, e em 1958 lançou um plano quinquenal (cinco anos) com inspiração no Grande Salto Adiante da China, com o objetivo de acelerar a economia, mas alguns objetivos ficaram abaixo do esperado.

Assim, algumas lideranças do Partido Comunista Búlgaro foram afastadas, e o país inicia um processo de reformas nos anos 1960, com alguma influência do modelo iugoslavo de autogestão. Nesse cenário houve um processo de descentralização de decisões econômicas, em que instancias inferiores, como as denominadas “Dържавните стопански обединения” (DSO), tinham mais autonomia em relação ao governo. Já nos anos 1970 o país passou por um processo de concentração dessas DSOs e no campo as cooperativas também se combinaram, além do país ter um crescimento de complexos agroindustriais. As reformas também incluíram mudanças nos sistemas de preços e no financiamento do avanço de técnicas produtivas, e com esse processo de mudanças a economia continuou crescendo, apesar da produtividade do trabalho ter demorado a aumentar.

Já nos anos 1970, o país viveu dificuldades em decorrência dos aumentos nos custos de matérias primas no cenário internacional, especialmente do petróleo, o que elevou a dívida externa, mas que foi controlada alguns anos depois dos choques econômicos. Em razão disso, em 1979 foram introduzidas novas medidas de reforma, chamadas de “Novo Mecanismo Econômico”, que trazia maior descentralização, maior liberdade para negociar contratos e preços, além de definir os salários com base

em lucratividade, além de fomentar a participação de bancos e a utilização de crédito na economia.

Na metade dos anos 1980, as dificuldades econômicas tanto dos países socialistas, como de países capitalistas da periferia que eram parceiros comerciais, influenciaram na desaceleração da economia e na elevação da dívida externa. Isso desencadeou outra nova onda de reformas em 1987, conhecidas como “Conceito de Julho” que ampliavam o espaço do mercado que as reformas de 1979 criaram, com medidas como a liberdade para estabelecer bancos comerciais, além de empresas poderem abrir falência, concorrerem, e ter mais espaço para a autogestão. Ademais, nessa época o governo promoveu uma reforma administrativa e a elaboração de uma nova constituição para reduzir a influência do partido comunista na economia, mas mantendo o poder político, e cabe citar que esse processo teve influência do que acontecia na URSS, tendo Todor Zhivkov como líder do Partido Comunista Búlgaro, um crítico do ritmo acelerado das reformas promovidas por Gorbachev.

Apesar disso em 1989 foi decretado que a iniciativa privada teria liberdade completa, o que foi o marco definidor do fim do socialismo na Bulgária, porém o partido comunista continuou a governar. Assim, manifestações motivadas por um simpósio internacional sobre meio ambiente, em meio a situação que vivia o mundo socialista, transformaram-se em demonstrações contra o governo, o que fez com que a oposição dentro do partido comunista pressionasse Zhivkov, que renunciou em novembro de 1989, o que deu espaço para formação de um novo gabinete que negociaria com a oposição ao partido para a realização de eleições e a elaboração de uma nova constituição.

Já nos anos 1990, com o país sob um novo governo, a economia passou por fortes instabilidades econômicas, tanto em termos de crescimento quanto de inflação e desemprego, só começando a se estabilizar no final da década, e apresentando crescimento contínuo a partir de 2000. Nesse cenário de bom desempenho Econômico, o país aderiu a União Europeia em 2007, mas o momento positivo acabou, quando a nação foi atingida pela crise financeira global em 2009 com uma recessão de 3,3%, seguida por um período de fraco crescimento, com outro resultado negativo de 0,6% em 2013 (FMI, 2023a). Essa segunda crise, foi influenciada tanto por problemas econômicos na UE, com destaque para a crise da Grécia, como por riscos internos. Apesar disso, o mercado de trabalho começou a se recuperar em 2013,

depois de 5 anos com desempenho ruim segundo o FMI (2014), e no ano seguinte o país voltou a crescer continuamente até 2020, apesar das taxas serem menores que as do início do século. Também é importante mencionar que a Bulgária tem apresentado um decrescimento populacional, com uma população atual de cerca de 6,41 milhões contra 8,9 milhões de 1985 (FMI, 2023a). Além disso, o país não utiliza o Euro, mas se comprometeu a adotar a moeda, e como parte desses esforços em julho de 2020 passou a fazer parte do mecanismo de taxas de câmbio (Bulgária Comissão Europeia, 2023). Quanto à integração Europeia, o país está em processo de adesão ao espaço Schengen de acordo com a União Europeia - Comissão Europeia (2023a), que é a zona de livre circulação de pessoas do bloco (Conselho da União Europeia, 2023b).

3.1.2 Croácia

O histórico aqui apresentado é baseado em Belançon (2015) e foi complementado com outras informações citadas ao longo do texto. Assim para entender a história da Croácia é preciso saber que a nação era uma das repúblicas integrantes da Federação da Iugoslávia, e em 1945 essa união se torna um país socialista, mas se mantém longe da influência soviética. O tipo de socialismo que o país adotou foi apelidado como “Titoísmo”, inspirado pelo nome do líder do país Josip Broz Tito. Assim em 1956, junto a países como Índia e Egito, a Iugoslávia cria o Movimento dos Países Não Alinhados, que declararia a neutralidade dos países em relação à guerra fria entre EUA e URSS.

Depois de 35 anos, em 1980 o líder do país morre, e é importante frisar que Tito era uma figura mantenedora da unidade da federação, além de ter sido um líder militar na resistência socialista contra o fascismo na segunda guerra mundial. Neste ano, também é aprovada uma nova constituição que faria com que o poder executivo fosse revezado entre as repúblicas que compunham a federação. Além disso, entre os anos 1970 e 1980 o país sofreu com problemas econômicos externos, que levaram ao aumento do desemprego, quedas de produção, aumento da inflação e da dívida externa, o que fez com que o país adotasse políticas de austeridade, como cortar subsídios, por causa da pressão do ocidente e do FMI para o cumprimento dos

pagamentos, como é relatado por Belançon (2015). Em convergência aos problemas econômicos, os presidentes das repúblicas que compunham a federação, incentivaram o nacionalismo, junto à influência de processos de independência da URSS, assim criando um barril de pólvora. Na Croácia o presidente Franjo Tujman, eleito em fevereiro de 1990 com apoio da igreja católica, convocou um referendo de independência em maio de 1991, que aprovou a separação. Assim, em junho de 1991 a Croácia declarou independência da Iugoslávia, junto com a Eslovênia, entrando em uma guerra de 6 meses que envolveu conflitos com os sérvios da região de Krajina. Além disso, a Croácia teve influência na Guerra da Bósnia, que também era uma república da antiga Iugoslávia, com os conflitos só acabando em 1995.

Apesar dos conflitos na região, a partir de 1994 a Croácia começa a apresentar taxas de crescimento altas, e em 1995 conseguiu controlar a inflação, assim como recuperar o mercado de trabalho. Porém, em 1998 a economia do país começa a desacelerar, e entra em recessão no ano seguinte (FMI, 2023b). Isso aconteceu porque o cenário de piora das contas e dívida externas, além de problemas no setor financeiro e nas privatizações, levaram autoridades a adotarem uma política monetária mais restritiva (FMI, 2000). No início do milênio o país voltou a crescer, até ser impactado pela crise mundial em 2008, em que a economia inicialmente desacelerou, e no ano seguinte entrou em recessão, e só voltou a crescer em 2015 (FMI, 2023b), motivada por exportações, turismo e consumo (FMI, 2016). Apesar disso é importante destacar que o PIB per capita (por paridade de poder de compra) caiu somente no ano de 2009, já que a população do país vem diminuindo a vários anos (FMI, 2023b).

Em 2023 o país deu dois passos para aprofundar sua integração com a Europa, assim, aderiu ao espaço Schengen e passou a utilizar o Euro, apesar de ter aderido à UE em 2013 (União Europeia, 2023b).

3.1.3 Hungria

A história do país, resumida neste subitem, é baseada em (Molina, 2017), que começa abordando o fato de a Hungria ter adotado o socialismo oficialmente em 1949, mas sem apresentar um bom desempenho econômico nesses primeiros anos. Isso

acarretou a nomeação de Imre Nagy como líder em 1953, o qual seria um governante popular que adotaria mudanças e inovações, que não agradariam o Partido Socialista Operário Húngaro (MSZMP), que o retirou do comando em abril de 1955. Porém, depois de protestos que aconteceram na Polônia, a população Húngara foi influenciada a também pedir mudanças através de protestos em 1956, os quais pediam a volta de Nagy e uma relação mais soberana em relação à URSS. Esses protestos levaram a conflitos violentos que colocaram Nagy de volta ao poder, e assim a declaração de neutralidade da Hungria e a retirada do país do Pacto de Varsóvia. Porém, a URSS intervém no país, rapidamente, reestabelecendo a ordem anterior. Esse levante, influenciou para que o regime fosse menos centralizado e com maior abertura comercial. Já nos anos 1960 foi discutido e colocado em prática o “Novo Mecanismo Econômico”, que permitiu a abertura de pequenas empresas e a operação das firmas estatais baseadas em características de mercado. Essas reformas aceleraram a economia do país, porém o aumento do consumo e as dificuldades econômicas dos anos 1970, levaram a um processo de elevação da dívida externa e da inflação.

Paralelamente aos acontecimentos na Hungria, nos anos 1980 Gorbachev apresenta a reforma Glasnost (transparência), que traria liberdade de imprensa, junto a Perestroika (reestruturação) que além de reformas econômicas, colocaria em vigor novas regras eleitorais e uma política externa baseada no desarmamento e na redução da intervenção sobre outros países, incluindo os da cortina de ferro³.

Essas reformas na URSS impactariam a conferência do MSZMP de maio de 1988, em que a eleição de representantes foi feita com um novo sistema eleitoral que permitiu a renovação dos quadros, o que levou a renúncia do líder do país, János Kádár. Além da aprovação do multipartidarismo em 1989, e a eleição de 1990 vencida pelo Fórum Democrático Húngaro, que não tinha orientação comunista.

Assim, o novo governo tentou estabilizar e liberalizar a economia, além de vender empresas públicas a investidores externos, com o objetivo de reduzir a dívida externa, além de tomar medidas para amenizar a piora da qualidade de vida através da rede de seguridade social. Porém, o país também tinha de lidar com o fato da

³ Cortina de ferro foi um termo utilizado para se referir à fronteira entre os países aliados da URSS e os países capitalistas durante a guerra fria (Britannica, 2024).

dissolução da COMECON⁴, que ajudava os países membros a cooperar para manter a balança comercial sob controle.

Dessa forma o novo governo foi marcado por uma instabilidade cambial, com as autoridades tentando fixar a moeda húngara (Florim) ao dólar, mas com políticas monetárias mal executadas, além de não conseguirem controlar a inflação e a economia do país sofrer com uma recessão.

Nessa época o MSZMP abandonou a defesa do comunismo passou a ser um partido social-democrata com o novo nome de Partido Socialista Húngaro (MSZP). Assim ganhou as eleições de 1994 e liderou uma coalisão de governo que conseguiu reduzir a inflação, implantar uma nova política cambial e fazer o país ter algum crescimento. Isso foi feito com uma política de corte de gastos e aumento de receitas, além de políticas como a moderação de salários e o enfraquecimento do sistema de seguridade social.

Na eleição de 1998, o partido chamado Fidesz ganha a eleição nomeando Victor Orban, que não conseguiria ser reeleito em 2002, mas voltaria ao cargo futuramente. Assim, nas eleições do começo do milênio o MSZP passa a governar o país e aprofunda reformas visando a entrada no bloco Europeu, concretizado em 2004. Em 2006, o partido MSZP ganhou a eleição novamente, mas esse segundo mandato foi marcado por uma desaceleração da economia, que se transformou em uma recessão na crise financeira de 2008, já que o país tinha um setor financeiro com presença significativa de capital externo, o que geraria uma desvalorização do Florim, e a necessidade de um pedido de resgate de 20 bilhões de euros por parte do FMI junto à UE. Frente a esse cenário, o país optou por adotar uma política fiscal austera, e cumprir as metas de déficit máximo de -3% do PIB estabelecidas pelos critérios de Maastricht, os quais nunca haviam sido cumpridas desde a entrada no bloco. Assim, passou a ser uma possibilidade real que a UE cortasse verbas importantes, caso a essa meta não fosse cumprida. Nessa conjuntura, o apoio dos húngaros à União Europeia diminuiu, e em 2010 Victor Orban voltou ao poder, sendo caracterizado como um líder autoritário e nacionalista, que não colabora para o processo de integração da Europa.

⁴ Conselho para a assistência econômica mútua (COMECON): foi uma organização criada para coordenar o comércio entre os países aliados da União Soviética (Britannica, 2019).

3.1.4 Polônia

O resgate histórico sobre a Polônia que é apresentado neste subitem é baseado em Ramos (2010), e foi complementado com outras informações importantes. Assim, parte-se novamente dos acontecimentos da segunda guerra a qual teve forte impacto na Polônia, e com o fim do conflito o país foi bastante influenciado pela URSS. Isso culminou na formação de uma economia planificada. Assim, o país foi reconstruído com um governo socialista, mas depois de 25 anos da guerra, a economia começou a ficar defasada e ter problemas de escassez. Esses problemas econômicos resultaram na formação do sindicato “Solidariedade” em 1980, que teve grande apoio da igreja católica, pois o papa João Paulo II era polonês. Apesar disso, a organização que foi colocada na ilegalidade com a implantação de lei marcial em 1981, após um golpe militar, o que foi mais um evento que reacendeu as confrontações da guerra fria entre EUA e URSS. Apesar dessa proibição, a organização continuou funcionando de forma clandestina, e em 1989 formou uma coalizão de governo oposta aos comunistas, que iniciou um processo de transição para uma economia de mercado, assim como outros países socialistas.

Esse processo de abandonar o planejamento central da economia foi caracterizado por uma forte influência de instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI, que eram defensores da ordem econômica neoliberal, segundo Ramos (2010). A direção das mudanças foi dada pelo Plano Balcerowicz, que tinha a intenção de controlar a inflação, resolver os problemas fiscais das empresas estatais, liberalizar e abrir a economia. Dessa forma, o plano que teve elementos tanto do que Ramos (2010) chama de “terapia de choque”, em que medidas drásticas eram tomadas, quanto de outras consideradas gradualistas. Junto a isso, os países que a Polônia mais tinha relações também passavam por problemas econômicos em processos de transição, o que fez com que a economia do país passasse por uma profunda recessão, com altos custos sociais, que geraram a necessidade de aumentar as transferências sociais. Ainda assim, a Polônia foi o primeiro país a alcançar os níveis de PIB per capita de antes da transição para uma economia de mercado. E seguiu realizando as reformas: fiscal e tributária, a de privatização de empresas estatais, sobre a dinâmica do Investimento direto estrangeiro, e do sistema financeiro. Essas medidas tiveram influência sobre o bom desempenho do PIB nos anos

seguintes, mas com efeitos fracos sobre a geração de empregos. Além disso, em 1998 junto com Eslovênia, Estônia, Hungria e República Tcheca, o país iniciou o processo de negociação para adesão à União Europeia, a qual exigia outras reformas com base nos critérios de Copenhague. O ingresso da Polônia só foi concretizado em 2004, o que contribuiu para o desenvolvimento do país, que passou a ter acesso aos fundos de convergência (coesão) da União Europeia. Esse processo de integração se aprofundou em 2007 com a entrada no Espaço Schengen, embora o país não tenha completado a preparação para usar o Euro até o momento em que este trabalho foi elaborado (União Europeia, 2023f). Ainda assim, as reformas que vinham desde as mudanças políticas, não expuseram a economia do país a muitas vulnerabilidades externas, com destaque para o setor financeiro, através do qual a crise de 2008 se espalhou pela economia mundial, mas sem ter impacto significativo sobre a Polónia, que já no ano seguinte ela havia sido a única economia da União Europeia a registrar crescimento. Porém, após a crise, Polónia, além de Bulgária e Hungria, adotaram uma política que visava substituir credores internacionais por nacionais, justamente para reduzir a exposição a riscos internacionais. Ainda assim, a economia polonesa passou a crescer menos depois da crise, com uma desaceleração mais acentuada entre 2012 e 2013 segundo o FMI (2023c), motivada especialmente pelo crescimento devagar dos parceiros comerciais, a redução da confiança sobre o consumo privado e sobre o investimento, além da queda do investimento público (FMI, 2013). Esse problema foi superado nos anos seguintes, com o país voltando a ter forte crescimento, até o impacto da pandemia (FMI, 2023c).

3.1.5 Romênia

Esta seção está fundamentada, em grande medida, em Duarte (2019). A Romênia também foi influenciada pela URSS no pós-guerra, mas seu partido comunista, sob a liderança de Nicolae Ceausescu, foi menos flexível quando comparado ao de outros países socialistas, aprofundando medidas de controle do Estado sobre a economia no final dos anos 1970, em que a dívida externa crescia. Além disso, o governo era acusado de violar direitos humanos de minorias étnicas, especialmente de húngaros, que era a descendência do sacerdote László Tökés, o

qual fazia publicações consideradas ilegais criticando o governo, o que fez com que fosse perseguido politicamente em uma série de acontecimentos que levaram seus apoiadores a protestarem, e que se transformaram em manifestações contra o regime. O governo de Ceausescu reagiu com violência às manifestações, o que pode ter tido influência sobre o suicídio ou possível execução do ministro da defesa. Após esse acontecimento, o exército deixou de combater uma das manifestações em frente ao Comitê Central do Partido Comunista da Romênia, em que estava Ceausescu e sua esposa. Com isso o casal fugiu, e um governo provisório foi instaurado, o qual criou um tribunal especial que condenou o casal por vários crimes, incluindo genocídio contra a minoria húngara. Além disso, foram convocadas eleições, que foram vencidas pelo presidente do governo provisório, já que ele foi um protagonista em um ambiente político em que não existiam muitas lideranças fortes. Porém, o novo governo perdeu popularidade à medida que os problemas econômicos se aprofundaram, com crescimento da inflação, do desemprego, e a política de consolidação fiscal que levou o governo a implantar uma forte tributação.

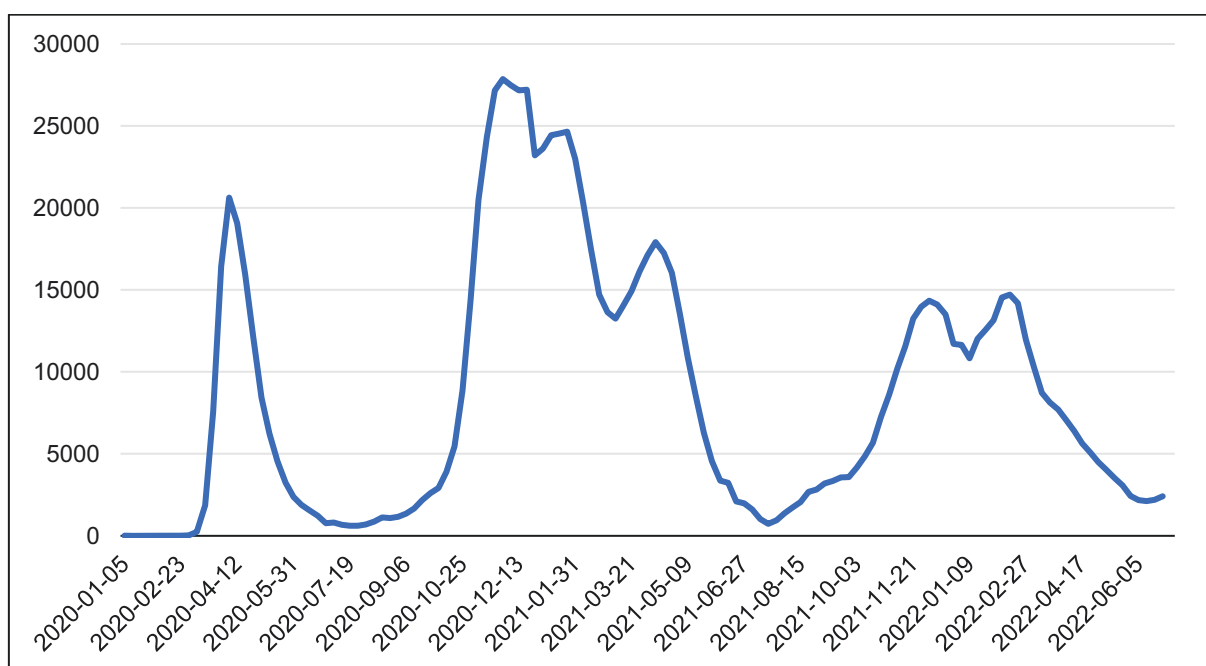
Nos anos 1990 a ideia da Romênia e outros países de se integrarem à União Europeia começou a ser discutida, e foram criados os critérios de Copenhague pelos membros do bloco em 1993, que regularia as futuras adesões, além do próprio tratado da UE, que estabeleceu alguns dos principais pilares que sustentam o bloco contemporâneo, como o Euro (União Europeia, 1992), assim como relatórios que analisavam a viabilidade da entrada de países como a Romênia. Mas a adesão só foi efetivada em 2007, junto da Bulgária, porque a Romênia teve dificuldades em implantar reformas, especialmente em relação ao combate à corrupção, que é vista pela população como um dos grandes problemas do país, de acordo com Duarte (2019). Já o impacto da crise financeira mundial foi sentido a partir de 2009 quando o país entrou em recessão (FMI, 2023d), e precisou aderir a um programa de assistência financeira em parceria com a UE, FMI e o Banco Mundial. O programa consistiu em empréstimos para que o país mantivesse o controle sobre a balança de pagamentos, afetada pela crise (FMI, 2010), além do estabelecimento de uma série de compromissos como a redução do déficit fiscal ao longo dos anos. Após esses acontecimentos, o país voltou a crescer, até ser atingido pela crise da pandemia (FMI, 2023d).

3.2 IMPACTOS DA CRISE SOBRE OS PAÍSES EMERGENTES DURANTE A PANDEMIA

Nesta seção será apresentado um panorama do impacto epidemiológico e econômico da pandemia nos países emergentes na UE, com objetivo de contribuir para o próximo capítulo que tratará das políticas de recuperação, a partir do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), nos países apresentados anteriormente.

Para se ter uma noção mais clara dos períodos e do impacto da pandemia sobre os países emergentes na UE, são utilizados dois gráficos (Gráficos 8 e 9).

GRÁFICO 8 - MORTES POR COVID-19 NA UNIÃO EUROPEIA



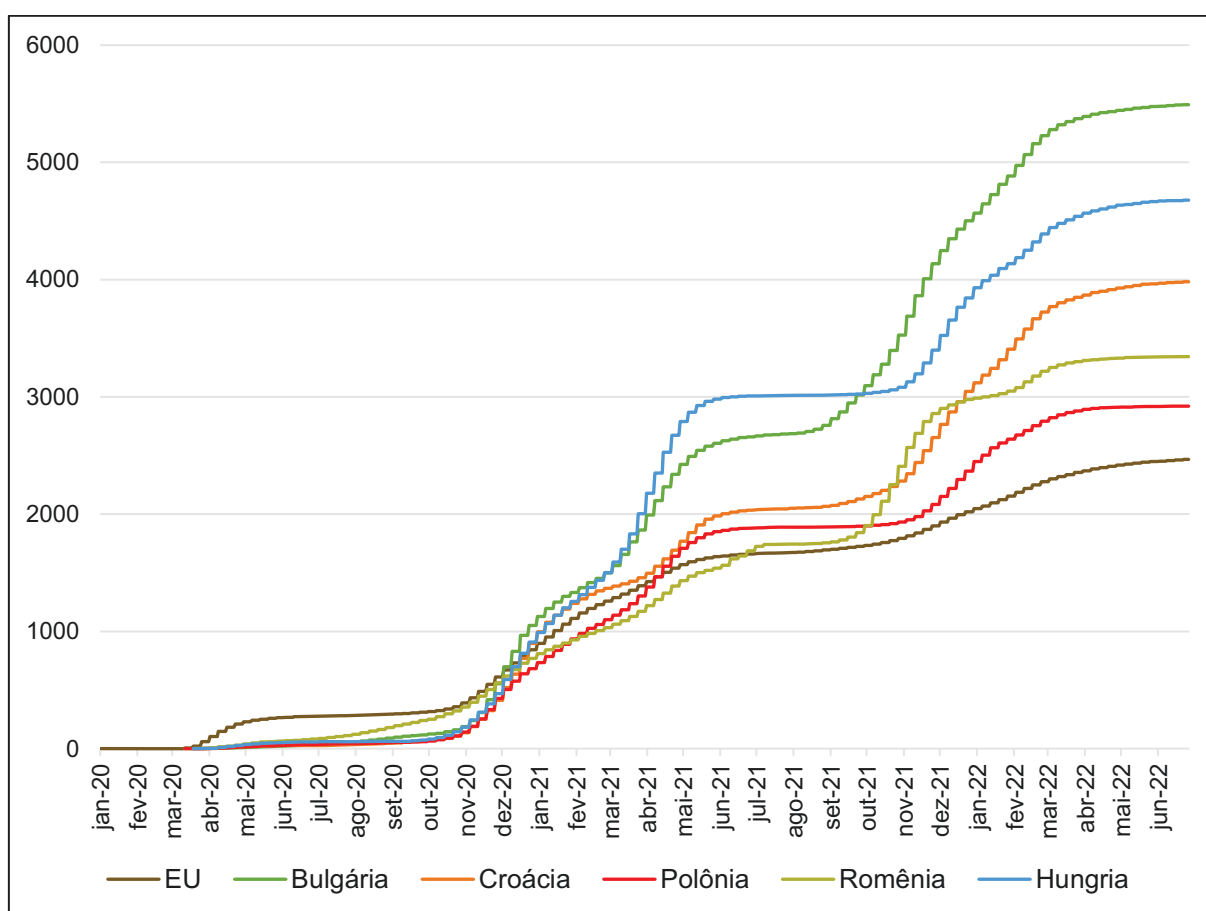
Fonte: elaboração própria com dados do Our World in data (2024).

O gráfico 8 nos permite identificar a distribuição ao longo do tempo das três principais ondas de contágio da doença no Bloco. Assim, é importante destacar que a segunda foi impactada pela circulação de variantes mais contagiosas do vírus, o que aumentou o número de mortes quando comparamos com a primeira onda (Siddiqui *et al.*, 2022). Ademais, a terceira onda teve um impacto menor devido ao avanço da

vacinação, embora esse efeito tenha começado durante a segunda onda, já que esse processo começou no bloco em dezembro de 2020 (União Europeia. Comissão Europeia, 2020).

Assim, para se ter uma ideia mais clara dos períodos em que ocorreram as ondas, o gráfico 9 possibilita ver as implicações da COVID-19 (número de mortes) nos países selecionados e fazer comparações.

GRÁFICO 9 - MORTES POR MILHÃO POR COVID-19



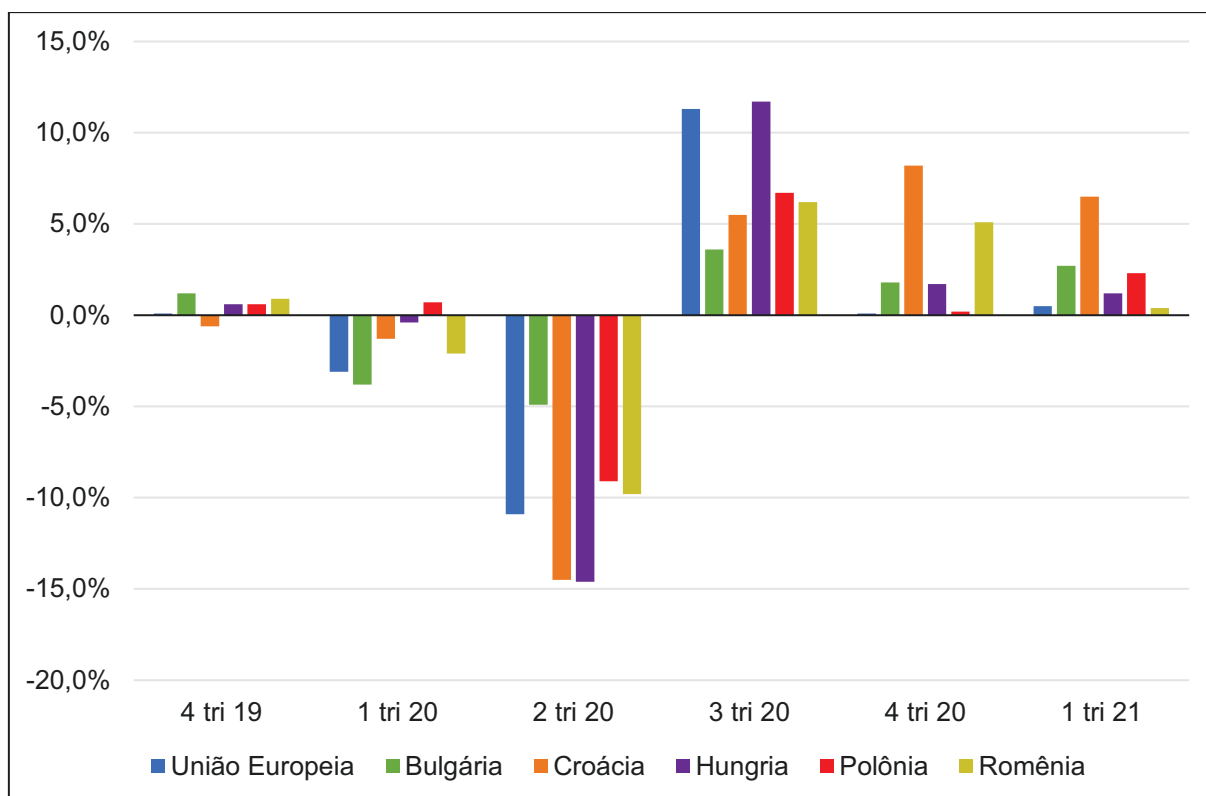
Fonte: elaboração própria com dados do Our World in data (2024).

Este Gráfico 9 apresenta o número de mortes de forma cumulativa e proporcional, e sua análise permite chegar à conclusão de que a primeira onda teve um impacto menor sobre os emergentes na UE, quando comparado em relação ao bloco como um todo. Além disso, foi só na segunda onda que esses países

começaram a ser mais afetados, o que fez os seus números de mortes por milhão superarem aqueles do bloco.

Assim, com o entendimento da evolução dos surtos da Covid, pode-se passar a analisar o impacto econômico, a partir do Gráfico 10.

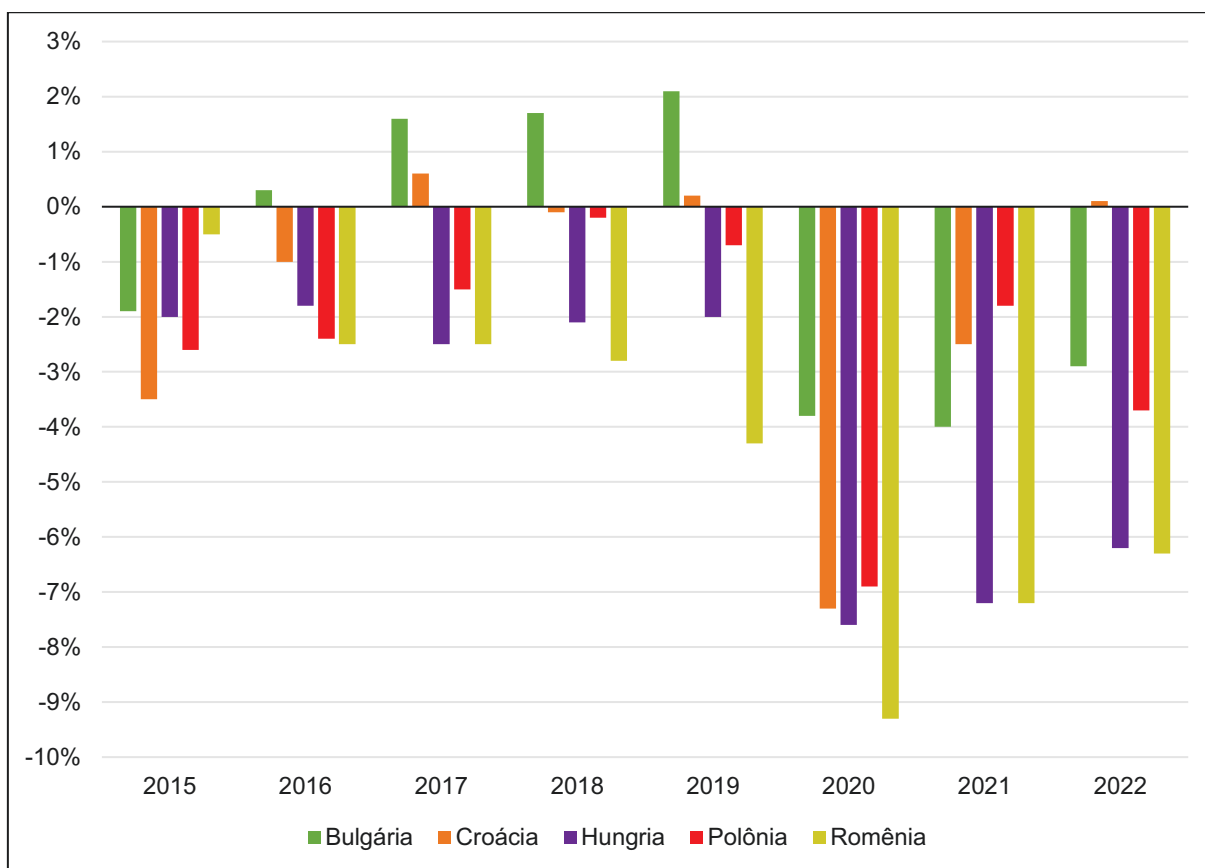
GRÁFICO 10 - PIB TRIMESTRAL EMERGENTES NA UNIÃO EUROPEIA



Fonte: elaboração própria com dados do Eurostat (2024d).

Esse gráfico nos permite visualizar que o maior impacto econômico na pandemia aconteceu no segundo trimestre de 2020, apesar dos países estudados terem sido menos afetados pela doença em si quando comparado à Europa. Já no trimestre seguinte, os resultados do PIB foram de uma forte recuperação com o fim da primeira onda, e apesar da segunda onda ter se dado no final de 2020, nenhuma das economias apresentou crescimento negativo. Esses resultados positivos, a partir da segunda metade de 2020, podem ser justificados em parte pelas políticas fiscais de apoio dos governos nacionais, que impactaram os resultados orçamentários como visto no gráfico 11.

GRÁFICO 11 - SALDO ORÇAMENTÁRIO EMERGENTES UNIÃO EUROPEIA



Fonte: elaboração própria com dados Eurostat (2023b).

Ao se analisar esse conjunto de dados, vê-se que antes de 2020 os países emergentes da UE passavam por processos de consolidação fiscal, com uma tendência de reduções nos déficits públicos e o cumprimento da meta de não exceder o limite de -3% de déficit que a UE considerava como excessivo (Serviço das Publicações da União Europeia, 2021). Porém, em 2020 as regras orçamentárias foram flexibilizadas para permitir que os governos dos países do bloco prestassem ajuda, o que justifica que todos os países tenham tido números abaixo dos -3% de déficit. Mas a ajuda também se deu em âmbito supranacional, com o pacote de cerca de 540 bilhões de euros, que incluiu a ferramenta destacada na tabela de distribuição de recursos no programa SURE, o qual tinha o objetivo de combater o desemprego (Conselho da União Europeia, 2022), conforme os valores para os 19 países que receberam recursos, conforme apresentado na Tabela 1.

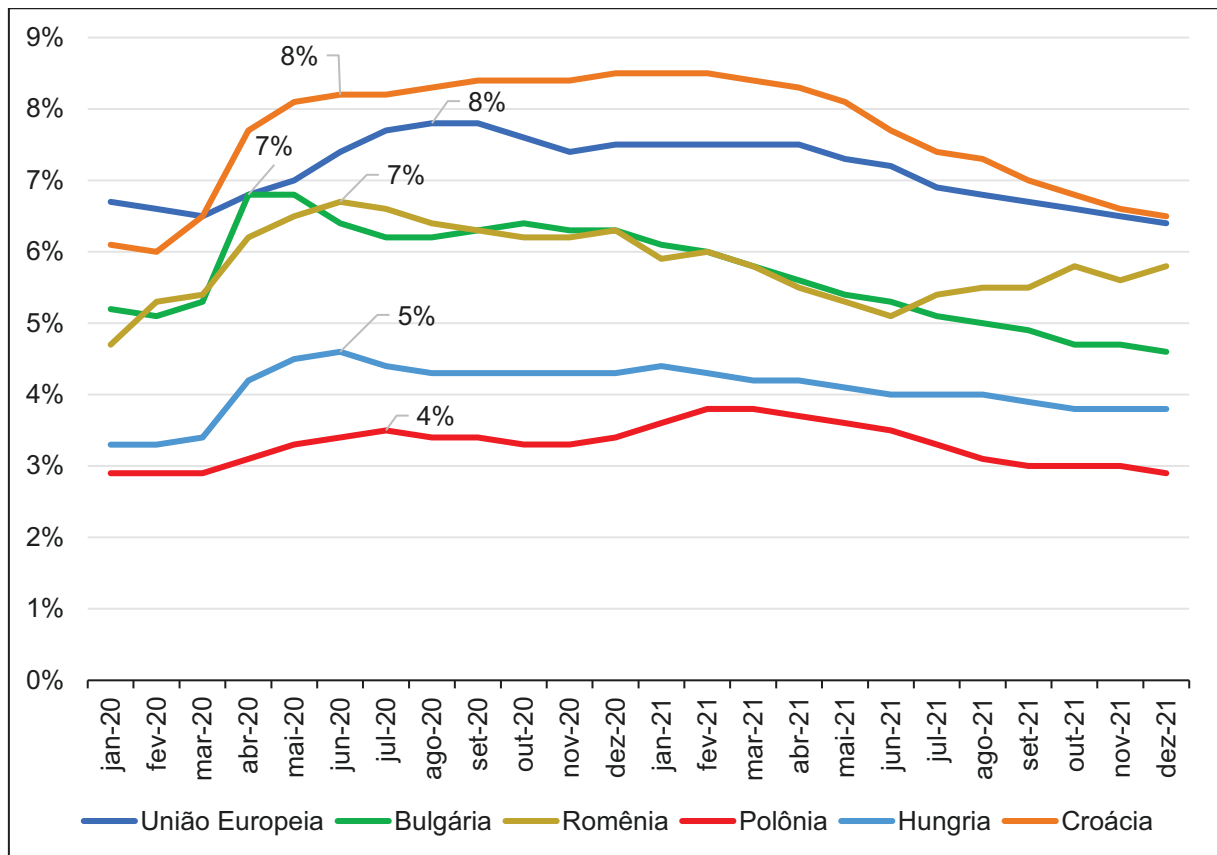
TABELA 1 – VALORES DISTRIBUÍDOS A CADA PAÍS NO ÂMBITO DO SURE

País	Valor recebido (em bilhões)		População (em milhares)	Valor per capita	
Malta	€	0,420	515	€	816
Chipre	€	0,632	888	€	712
Bélgica	€	8,2	11522	€	711
Portugal	€	6,2	10296	€	602
Grécia	€	6,2	10719	€	578
Eslovênia	€	1,1	2096	€	531
Irlanda	€	2,5	4964	€	498
Itália	€	27,4	59641	€	460
Espanha	€	21,3	47333	€	451
Tcheca	€	4,5	10694	€	421
Croácia	€	1,6	4058	€	394
Lituânia	€	1,1	2794	€	394
Polônia	€	11,2	37958	€	296
Letônia	€	0,472	1908	€	247
Estônia	€	0,230	1329	€	173
Romênia	€	3	19329	€	155
Bulgária	€	0,971	6951	€	140
Eslováquia	€	0,630	5458	€	115
Hungria	€	0,651	9770	€	67
Total	€	98,4	248223	€	7.762

Fonte: elaboração própria com dados da União Europeia - Comissão Europeia (2024c) e Eurostat (2024c).

Assim, pode-se ver que os países emergentes da UE estão entre os que menos receberam recursos proporcionalmente à população. Mas, ainda assim, é possível que o programa tenha contribuído para evitar o crescimento negativo dessas economias no fim do ano, já que de acordo com o Relatório de implementação do SURE, a distribuição dos recursos começou durante a segunda onda, em 2020, o que também pode explicar com mais força o comportamento do mercado de trabalho nestas economias (União Europeia. Comissão Europeia, 2024c), como mostrado no Gráfico 12.

GRÁFICO 12 - DESEMPREGO EMERGENTES UNIÃO EUROPEIA



Fonte: elaboração própria com dados do Eurostat (2024c).

Vê-se que, a partir de 2021, o desemprego parou de subir, apesar de esse ser um momento em que as economias passavam pela segunda onda da COVID e a vacinação ainda estava em estágio inicial, o que poderia ser o efeito do programa obtendo algum sucesso.

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Além de se ter uma contextualização importante dos países estudados, foi possível perceber que o histórico desses países demonstra mudanças constantes em suas economias com o objetivo de melhorar seu desempenho. Assim, especialmente a partir dos anos 1990, quando esses países passaram pela transição de economias centralizadas para economias de mercado, muitas das reformas se concentraram na consolidação fiscal dos Estados e nos pacotes de ajuda econômica de instituições

internacionais, como parte da tentativa de solucionar os problemas econômicos. Além disso, na segunda seção deste capítulo, foi possível observar que os efeitos econômicos da primeira onda foram amenizados através dos recursos dos Estados nacionais, com a União Europeia tendo mais força em amenizar as ondas posteriores com suas políticas de apoio financeiro e pelo programa de compra conjunta de vacinas (Conselho da União Europeia, 2020a).

4 O MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA E OS PRRS DOS PAÍSES EMERGENTES

Este capítulo tem como objetivo detalhar como funciona o Mecanismo de Recuperação e Resiliência criado pela UE para financiar os planos de recuperação dos países membros do bloco, e suas alterações devido à guerra na Ucrânia. Além disso, na segunda parte do capítulo são discutidas as especificidades dos PRRs nacionais. E, por fim, na última seção, discutem-se os principais pontos comuns que os países emergentes na UE se debruçaram em seus planos, relacionando-os com temas tratados ao longo do trabalho e à situação econômica do período analisado.

4.1 O FUNCIONAMENTO DO MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O programa Next Generation União Europeia foi criado para buscar fortalecer o bloco em meio à recuperação pós pandemia e às transformações que o mundo enfrenta com as mudanças climáticas, avanços tecnológicos e a busca da construção de sociedades mais igualitárias, com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência apresentado como a principal ferramenta (União Europeia, 2024).

Esse instrumento tem por objetivo disponibilizar recursos para planos de recuperação e resiliência, os quais deveriam ser elaborados pelos Estados membros com intuito de propor investimentos e reformas. Essas propostas teriam de ser submetidas ao executivo do bloco, ou seja, à Comissão Europeia (União Europeia, 2021). Dessa forma, o mecanismo em questão disponibilizou 357 bilhões de Euros em subvenções e 291 bilhões de Euros em empréstimo, com valores de 2022 atualizados depois de alterações no programa, de acordo com a União Europeia - Comissão Europeia (2024f). Além disso, o regulamento do MRR (União Europeia, 2021) estabeleceu seis pilares que estruturam o programa, os quais estão listados abaixo:

- Transição ecológica;
- Transformação digital;

- Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo a coesão econômica, o emprego, a produtividade, a competitividade, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação e um mercado interno em bom funcionamento com pequenas e médias empresas fortes;
- Coesão social e territorial;
- Saúde e resiliência econômica, social e institucional, com o objetivo de, entre outros, aumentar a preparação para situações de crise e a capacidade de resposta a situações de crise; e
- Políticas para a próxima geração, para crianças e jovens, tratando-se das políticas para a educação e aquisição de competências.

Além disso, também é previsto que, no mínimo 37%, dos recursos devem ser direcionados a ações que beneficiem o meio ambiente, o que contribuirá para que o bloco alcance o objetivo de gastar ao menos 30% de seu orçamento total para a questão da mudança climática. Também foi exigido um mínimo de 20% para ações de digitalização (União Europeia, 2021).

É previsto que a disponibilização dos recursos aconteça de maneira parcelada com a aprovação dos planos e à medida que os projetos avançam, novas parcelas são disponibilizadas mediante o cumprimento das chamadas “metas e marcos”. Além disso, foi determinado que 70% das subvenções teriam de ser disponibilizadas até o final de 2022 e o restante durante o ano de 2023. E essa modalidade de financiamento teria um limite máximo de recursos que cada país poderia ter acesso, que seria calculada mediante a cálculos que tentam mesurar o impacto da pandemia comparado aos períodos anteriores. Já no caso dos empréstimos a Comissão teria até o fim de 2023 para fazer a concessão, sendo que os empréstimos seriam concedidos de forma que o total de recursos disponíveis através de subvenções não fossem suficientes para financiar os planos de cada país. A conclusão das reformas e investimentos deve ser concluída até 31 de agosto de 2026 (União Europeia, 2021).

O bloco fará emissões de títulos, e estipulou que irá iniciar os pagamentos desse passivo do mecanismo a partir de 2028 com a conclusão em 2058, apoiados em novas fontes de financiamento do orçamento o qual poderá aumentar em 0,6% da Renda Nacional Bruta da UE, além dos antigos limites de 1,4% do RNB da UE, para assim garantir o pagamento e a manutenção de uma elevada nota de crédito.

Ademais, 17,3 bilhões de euros em subvenções serão financiadas pelo sistema de comércio de emissões regulado pelo bloco (União Europeia. Comissão Europeia, 2024e), e 1,6 bilhões de euros pela Reserva de ajustamento ao BREXIT (União Europeia. Comissão Europeia, 2024f).

Além disso, o fato de parte significativa dos investimentos serem condicionados à aplicação em projetos benéficos ao meio ambiente, permitirá que até 30% dos 806,9 bilhões de euros do programa *NextGeneration*, o qual o PRR está inserido, seja financiado com títulos verdes, o que tornará o bloco o maior emissor do mundo deste tipo de papel (União Europeia. Comissão Europeia, 2024g).

É importante destacar que o texto regulamentar do MRR estipula que os recursos dão uma contribuição inédita para o fortalecimento de políticas e compromissos (União Europeia, 2021), como Pilar Europeu dos direitos sociais, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs) da ONU, e o Semestre Europeu, o qual é um processo de coordenação de políticas socioeconômicas entre os Estados da UE (Conselho da União Europeia, 2024). Além disso, o documento determina que as reformas teriam de ser elaboradas nos princípios da solidariedade, integração, justiça social, e repartição equitativa da riqueza, com o objetivo de promover a criação de empregos de qualidade, o crescimento sustentável, a igualdade de oportunidades e a proteção social, bem como o acesso a elas, a proteção de grupos vulneráveis e a melhoria da vida todos os cidadãos da UE (União Europeia, 2021).

Após o início da guerra na Ucrânia em 2022, e com a União Europeia prestando apoio a esse país, o fornecimento de combustíveis que vinham da Rússia foi comprometido, o que fez com que fosse criado o programa *REPowerUE* com o objetivo de amenizar esses problemas através de economia de energia, produção de energia limpa e diversificação dos fornecedores (União Europeia. Comissão Europeia, 2024b). Isso fez com que o regulamento do MRR fosse alterado para incluir investimentos e políticas do novo programa, com algumas alterações nos cálculos da quantidade de recursos que os países poderiam ter acesso, além da possibilidade de alterações nos planos de recuperação e resiliência para incluir as políticas do novo programa (União Europeia, 2023d).

4.2 OS PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIENCIA DOS PAÍSES EMERGENTES NA UE

Na Tabela 2, são apresentados os valores de subvenções e empréstimos com o objetivo de dar dimensão do tamanho dos PRRs dos países emergentes da UE.

TABELA 2 – VALORES DO PRRS DOS PAÍSES EMERGENTES

País	Subvenções (milhões)		Empréstimos (milhões)		Valor do PRR em relação ao PIB
Bulgária	€	5.689	€	-	8,38%
Croácia	€	5.787	€	4.254	17,55%
Hungria	€	6.512	€	3.918	6,77%
Polônia	€	25.277	€	34.541	10,41%
Romênia	€	13.566	€	14.942	11,87%

Fonte: elaboração própria com dados da União Europeia - Comissão Europeia (2024a).

Assim, é possível atentar que o país com a maior quantia é a Polônia, por ter a maior população, e a Croácia com a maior contribuição proporcional. Além disso, a Bulgária não tem previsão de receber recursos na modalidade de empréstimos.

Com essas informações, passa-se à análise específica de cada PRR, feita com base na apresentação dos planos para os debates acerca do tema no Parlamento Europeu.

4.2.1 PRR Polônia

De acordo com o documento de apresentação do PRR do país elaborado por Sapala e Szczepanski (2024), o projeto foi desenvolvido para enfrentar alguns dos desafios da economia do país, os quais já tinham sido apontados no chamado Semestre Europeu (instrumento de coordenação de políticas entre os Estados membros), antes mesmo da pandemia. Assim, os investimentos e reformas foram elaborados de acordo com os seguintes componentes:

- Resiliência e competitividade da economia;

- Energia verde e redução da intensidade energética;
- Transformação Digital;
- Eficiência, acessibilidade e qualidade do sistema de saúde;
- Mobilidade inteligente e verde;
- Melhoria na qualidade das instituições e condições para implementação do PRR;
- *REPowerEU* (programa criado depois do MRR para aumentar segurança energética).

Além desses componentes específicos, o plano superou o investimento mínimo em objetivos climáticos e digitalização estipulado pelo regulamento do MRR (União Europeia, 2021). Assim, é importante esclarecer que esses mínimos poderiam ser aplicáveis em projetos não exclusivos para esses objetivos, como por exemplo a digitalização de hospitais. Isso abre caminho para comentar a situação do sistema de saúde da Polônia, que tinha um efetivo de profissionais de saúde desigual entre as regiões do país, o que justifica o objetivo de aumentar as equipes de saúde. Ainda, de acordo com o documento de Sapala e Szczepanski (2024), o plano prevê investimentos na produção de remédios e ingredientes farmacêuticos ativos, o que remete à falta de insumos médicos durante a pandemia, mencionada no segundo capítulo. Contudo, questão energética é a que mais se destaca no plano polonês, com 68% do investimento total (incluindo 42,3% do *REPowerEU*) destinado para esta área. Esse elevado montante é explicado tanto pelas dificuldades que a guerra na Ucrânia trouxe para o fornecimento de energia, quanto pelo fato de a Polônia ser um dos países menos eficientes em carbono na União Europeia, com boa parte dos recursos destinada para investimentos em geração de energia limpa.

A comissão europeia, responsável por aprovar os planos, estipulou um sistema para classificar a qualidade dos PRRs, que vai de “A” como melhor avaliação até “C” como pior, sendo que essa classificação é aplicada a cada qualitativo específico, com a Polônia recebendo “A” em todos os critérios menos o de custos, o qual obteve um “B”. Porém o PRR da Polônia foi criticado pela falta de participação dos interessados na elaboração do plano. Ainda em relação à comissão, é importante destacar que houve uma demora para o início da liberação dos recursos, já que a União Europeia considera que ocorreu algum nível de deterioração do Estado de direito no país, e que para iniciar o processo de transferências, a Polônia teria de realizar reformas no

sistema judiciário. Essa, situação se manteve até o final de 2023, quando uma nova coalização começou a governar o país (Sapala; Szczepanski, 2024).

4.2.2 PRR Croácia

O plano de recuperação e resiliência da Croácia é descrito a partir da apresentação ao legislativo da UE, o qual registra que além de ter que lidar com os problemas da pandemia e da crise energética, o país necessitou incluir medidas de reconstrução e preparação contra terremotos, já que a Croácia experienciou dois desses eventos naturais recentemente (Mileusnic, 2024a). Ainda assim, o plano também buscou enfrentar os desafios apontados no âmbito do Semestre Europeu. Dessa forma, o PRR croata foi elaborado com base nos seguintes componentes específicos:

- Economia;
- Administração pública, judiciário e ativos de Estado;
- Educação, ciência e pesquisa;
- Mercado de trabalho e proteção social;
- Saúde;
- Renovação de edifícios;
- *REPowerEU* (programa criado depois do MRR para aumentar segurança energética).

A maior parte dos investimentos e reformas se concentram nos dois primeiros componentes, com as medidas em relação à economia se relacionando com a questão da transição energética e meio ambiente, além de medidas para a segurança alimentar, transportes e turismo, o qual é um setor importante na economia da Croácia, capaz de puxar o crescimento, como foi visto no terceiro capítulo. Além disso, o segundo componente tem uma série de medidas que buscam melhorar o funcionamento do setor público, o que inclui a digitalização que atingiu 20,1% dos investimentos, em consonância o regulamento do MRR (União Europeia, 2021). Já em relação ao investimento mínimo em ações para transição verde, 39% dos investimentos têm esse objetivo.

Enfim, a Comissão Europeia concedeu a nota máxima em todos os componentes analisados para avaliar a qualidade do plano, com exceção dos custos, que foram classificados na categoria “B” (Mileusnic, 2024a).

4.2.3 PRR Romênia

O plano romeno, assim como os PRRs já referidos, buscou enfrentar os desafios apontados no Semestre Europeu, em que as políticas dos estados membros são coordenadas e recomendações específicas são feitas para cada país. Assim a estrutura do plano foi elaborada a partir dos seis pilares do MRR, além do componente adicional do *REPowerEU*, de acordo com a apresentação do plano do país no legislativo da UE Mileusnic (2024b). A maior parte dos investimentos se concentrou no componente da transição verde, além do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esse pilar inclui a participação da Romênia em um projeto transfronteiriço de desenvolvimento de processadores de baixo consumo de energia e chips de semicondutores. Isso nos remete à questão da escassez desse tipo de componente eletrônico que ocorreu durante a pandemia, mencionada no segundo capítulo, e indica que os países do bloco viram uma oportunidade de evitar esses problemas através dos recursos do MRR. Também é importante esclarecer que apesar de não haver um PRR no nível da União Europeia, o regulamento do MRR incentiva que os planos nacionais busquem sinergias entre si para criação de projetos transnacionais, como por exemplo este projeto de desenvolvimento de chips (União Europeia, 2021).

No que se refere aos índices de investimento mínimo, o plano da Romênia destinará 44,1% dos recursos para projetos relacionados à transição verde, além de 21,9% para projetos de digitalização.

Em relação à avaliação da Comissão Europeia, a Romênia alcançou a categoria máxima em todos os componentes, com exceção de custos, conforme a apresentação ao parlamento da UE (Mileusnic, 2024b). Assim, é importante discutir essa questão, já que, como visto no capítulo 3, a corrupção é vista como um problema constante no país, e ao alcançar uma avaliação máxima no quesito de sistemas de controle, isso pode ser apontado como um avanço do país, porém algumas das

reformas que teriam o objetivo de atacar esses problemas foram criticadas pela procuradoria Europeia por não serem suficientes.

4.2.4 PRR Hungria

O PRR da Hungria, é descrito a seguir com base na apresentação destinada ao legislativo (Kiss; Szechy, 2023), também apresenta medidas que se relacionam com as recomendações feitas na esfera do Semestre Europeu, além de ser estruturado nos componentes específicos a seguir:

- Demografia e educação pública;
- Força de trabalho altamente qualificada e competitiva;
- Atualização de assentamentos (construções);
- Gerenciamento de água;
- Transporte sustentável;
- Transição energética;
- Transição para uma economia circular;
- Saúde;
- Governança e administração pública.

Além desses componentes específicos, o plano foi atualizado com um capítulo a mais referente ao *REPowerEU*, porém não foram disponibilizados dados referentes às quantias dos investimentos relacionados ao programa, embora com essa revisão 67,1% dos investimentos apoiaram a transição verde, além de 29,1% serem destinados à digitalização, de acordo com o comunicado a imprensa do Conselho da UE (Conselho da União Europeia, 2023a).

Em relação à Comissão Europeia, a avaliação do plano foi máxima, com exceção do quesito custos, que como outros países alcançou a avaliação “B”. Porém, a relação entre a Comissão Europeia e o governo da Hungria tem tido complicações, já que foi acordado entre as partes que para a Hungria começar a receber pagamentos o país deveria primeiro realizar 27 reformas, as quais se referem majoritariamente a questões de Estado de direito. Essa condição está relacionada ao fato do governo da Hungria ser considerado autoritário, como visto no terceiro capítulo. Além disso, essa

condição foi discutida em várias esferas da UE, sendo que o não cumprimento seria considerada como uma grave violação dos valores que fundamentam a União, de acordo com o documento de apresentação ao legislativo (Kiss; Szechy, 2023).

4.2.5 PRR Bulgária

O PRR da Bulgária além de considerar as recomendações do Semestre Europeu, teve alguns projetos cortados por causa de problemas de custo devido à inflação, causada especialmente pela crise energética (Dobrevá e Lilyanova, 2024). Assim, o plano foi estruturado com itens que definem o objetivo principal das políticas, e com subitens que permitem compreender as ações para chegar aos objetivos.

- Bulgária Inovativa
 1. Educação e competências
 2. Pesquisa e inovação
 3. Indústria inteligente
- Bulgária Verde
 4. Economia de baixo carbono
 5. Biodiversidade
 6. Agricultura sustentável
- Bulgária Conectada
 7. Conectividade digital
 8. Transporte sustentável
 9. Desenvolvimento local
- Bulgária Justa
 10. Ambiente de negócios
 11. Inclusão social
 12. Saúde

Quanto ao capítulo do *REpowerEU*, a Bulgária não tinha apresentado essa seção até o momento da elaboração deste trabalho. Também, em relação aos investimentos mínimos, 57,5% são destinados para objetivos climáticos, e 23,1% para digitalização.

Quando consideradas as políticas pilares, o “Bulgária verde” foi o que recebeu a maior quantidade de financiamento.

A avaliação do plano pela Comissão Europeia foi igual a dos outros países, com somente o critério de custos recebendo uma classificação “B”, consonante ao documento sobre o PRR da Bulgária (Dobrev e Lilyanova, 2024).

4.3 DISCUSSÃO ACERCA DO MRR E DOS PRRS

Quando se relaciona o histórico dos países estudados ao processo de integração com a União Europeia e os principais pontos de debate econômico recentes tratados no segundo capítulo, é possível estabelecer uma linha de análise. Dessa forma, é importante citar que a transição do socialismo para o capitalismo dos países emergentes que hoje fazem parte da UE foi marcada pela mudança profunda na institucionalidade pública, que foi moldada de acordo com os padrões da UE à medida que esses países viam no caminho da integração uma oportunidade de desenvolvimento. Porém, esse processo não foi contínuo, com períodos de avanços e retrocessos, influenciados pelas mudanças políticas, ciclos econômicos, e a desigualdade causada pelas respostas aos problemas econômicos, como discutido no capítulo 2. Então, o MRR não é só uma ferramenta econômica, mas um instrumento que visa corrigir as falhas históricas do bloco e as brechas deixadas no processo de mudanças institucionais dentro dos países, mais especificamente em relação ao Estado de direito.

Em relação às questões fiscais, o plano segue a linha de tentar equilibrar políticas de redução da desigualdade e crescimento, com a política fiscal, tal como se discutiu no segundo capítulo. Isso se dá porque o regulamento o PRR define que os países que tenham déficit excessivo podem estar sujeitos à suspensão das transferências do MRR, caso as entidades políticas da UE considerem insuficientes os esforços para alcançar a meta, o que não implica necessariamente em alcançar esse objetivo no curto prazo (União Europeia, 2021).

Quanto às políticas adotadas pelos países emergentes, as condições definidas no regulamento do PRR e a própria estrutura da UE garantem investimentos em áreas

essenciais, que já eram consideradas importantes antes da pandemia, assim como o enfrentamento de desafios específicos que foram apontados no âmbito do Semestre Europeu.

Ainda em relação à estruturação dos planos, é possível identificar elementos semelhantes ao trabalho de Mazzucato (2018), em que a autora trata de políticas de crescimento liderado por investimento e políticas de inovação. Neste trabalho, a pesquisadora propõe que as agendas políticas, que são consideradas como grandes desafios, sejam a origem de missões de desenvolvimento, nas quais os alvos são definidos para criação de projetos específicos, chamados de projetos de missões. No MRR, os seis pilares funcionam como grandes desafios, além de que as metas de investimento e alguns dos objetivos estabelecidos ao longo do regulamento (União Europeia, 2021), e da emenda podem ser considerados como missões, a serem assumidas pelos projetos (União Europeia, 2023d). Além disso, o trabalho de Mazzucato (2018) menciona a importância do financiamento público, além das falhas de mercado, já que para certas áreas da economia existirem e funcionarem, como por exemplo setores com muita inovação, é necessário um financiamento paciente com o risco, o que a iniciativa privada nem sempre tem condições de oferecer, embora o setor público possa financiar aquelas entidades privadas dispostas a enfrentar os desafios das missões, algo que o regulamento do PRR incentiva (União Europeia, 2021).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo discutir as ferramentas disponibilizadas pelos planos de Recuperação e Resiliência (PRR) para os países emergentes da União Europeia (UE) como forma de enfrentamento aos efeitos de retração econômica após a pandemia da COVID-19. Para tanto, foi necessário examinar o debate pré-pandemia acerca das políticas fiscais e seus impactos negativos sobre a desigualdade e as políticas públicas. Além disso, foi descrito o cenário econômico adverso que o vírus teve ao redor do mundo e na União Europeia e que exigiu dos governos atualizações em suas políticas em relação àquele debate. Também foram apresentados e contextualizados os países considerados emergentes que fazem parte da UE, sendo eles a Bulgária, Croácia, Hungria, Polônia e Romênia. Assim, essas economias foram caracterizadas como pós socialistas, que ao longo das últimas décadas passaram por muitas reformas, como no campo fiscal e nas instituições públicas para aderir à UE. Ademais, foi analisado o impacto econômico da pandemia nas economias dos países estudados, tal como os períodos em que ela mais teve efeito e seu tamanho.

Após a contextualização em relação à pandemia e aos países estudados, foi apresentado o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) da UE, que tinha como contrapartida os PRRs dos países membros do bloco para receberem financiamento. Assim, foi possível discutir as ferramentas disponíveis para responder à retração econômica após a pandemia, como o elevado montante de recursos disponíveis no MRR, que exigiam investimentos mínimos em transição verde e digitalização. Por conseguinte, foram examinados os desafios específicos que cada país se propôs a encarar em seus PRRs, baseados nas recomendações do Semestre Europeu, que é um processo de coordenação das políticas dos Estados-membros (Conselho da União Europeia, 2024). Além disso, foram discutidas as relações entre os planos e o enfrentamento das dificuldades comuns presentes no bloco, como os problemas no suprimento de materiais médicos e de semicondutores. Além de tudo, o debate da questão fiscal e da desigualdade foi resgatado para analisar como o MRR aborda esses temas e como se propõe a promover desenvolvimento a partir de uma análise baseada no trabalho de Mazzucato (2018).

Foram encontradas dificuldades, como a impossibilidade de analisar a versão estendida dos documentos dos PRRs, por serem bastante extensos para a

especificidade dos objetivos propostos, e apresentarem barreiras linguísticas. Assim, seria importante sugerir que pesquisas futuras estudassem individualmente cada plano, além do MRR e os PRRs após a conclusão dos investimentos.

Por fim, com esse trabalho buscou-se contribuir acerca da discussão do desenvolvimento de economias emergentes no cenário de mudanças recentes no mundo, em relação a questões como desigualdade, recuperação econômica, mudança climática e tecnológica.

REFERÊNCIAS

ALJAZEERA. Wuhan, na China, encerra bloqueio por coronavírus, mas preocupações permanecem. **ALJAZEERA**. Doha, 8 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/4/8/chinas-wuhan-ends-coronavirus-lockdown-but-concerns-remain>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

ANGELIS, Gabriele; CUNHA, Alice; LISI, Marco. O euro e a soberania económica: Portugal e as reformas da governança europeia. **Análise Social**, [S. l.], v. 55, n. 236, p. 617–625, 2020. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/21705>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

BANCO CENTRAL EUROPEU. **Projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema**. Frankfurt, BCE, dez. de 2019. Disponível em: [https://www.bportugal.pt/search?search_api_fulltext=Proje%C3%A7%C3%B5es%20macroecon%C3%B3micas%20para%20a%20%C3%A1rea%20do%20euro%20de%202019&f\[0\]=search_year%3A2019](https://www.bportugal.pt/search?search_api_fulltext=Proje%C3%A7%C3%B5es%20macroecon%C3%B3micas%20para%20a%20%C3%A1rea%20do%20euro%20de%202019&f[0]=search_year%3A2019). Acesso em: 1 de jun. de 2023b.

BANCO DE PORTUGAL. **Taxa de Juros BCE**, 2024a. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12504589>. Acesso em: 11 de abr. de 2024.

BANCO DE PORTUGAL. **Taxas de juro oficiais e de referência**, 2024b. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/taxas-de-juro-oficiais-e-de-referencia>. Acesso em: 11 de abr. de 2024.

BANCO MUNDIAL. **Taxa de crescimento do PIB mundial anual**, 2023. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2022&name_desc=false&start=1961&view=chart. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BBC NEWS BRASIL. Coronavírus: nas últimas 24 horas, Itália teve uma morte a cada 3,3 minutos. **BBC NEWS BRASIL**. São Paulo, 19 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51967941>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

BCE - BANCO CENTRAL EUROPEU. **BCE, SEBC e EUROSISTEMA**. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/orga/escb/html/index.pt.html>. Acesso em: 14 de nov. de 2023a.

BECKER, Eduardo. **O papel da política industrial e o desenvolvimento produtivo no Brasil**: o caso da empresa CEITEC de semicondutores, 2021. 53 f. Monografia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p.27-p.31, 2021.

BELANÇON, Leonardo. **A Crise Política e a desintegração da República Federativa Socialista da Iugoslávia**. In: VII Congresso internacional de história, 7., 2015, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, out. de 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1116.pdf>. Acesso em: 4 de nov. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde e ANVISA. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus**, 26 de fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em 17 de abr. de 2024.

BRITANNICA, Os Editores da Enciclopédia. **COMECON**, 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Comecon>. Acesso em: 23 de mai. de 2024.

BRITANNICA, Os Editores da Enciclopédia. **Cortina de Ferro**, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Iron-Curtain>. Acesso em: 22 de mai. de 2024.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Taxa de desemprego**. Disponível em: <https://beta.bls.gov/dataViewer/view/timeseries/LNS14000000;jsessionid=917028C6B6CA3636B59E784FCEA240E5>. Acesso em: 17 de abr. de 2024.

CAMPOS, Israel. Por que África é um dos continentes com 'menos mortes' por COVID?. **BBC News Brasil**. São Paulo, 14 de dez. de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59609551>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **A resposta de emergência da UE à pandemia de COVID-19**, 2020a. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/covid-19-eu-emergency-response/>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Conselho da luz verde a emendas em 13 planos nacionais**, 8 de dez. de 2023a. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2023/12/08/recovery-fund->

council-greenlights-amended-national-plans-for-13-member-states/. Acesso em: 29 de abr. de 2024.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **COVID-19: a resposta da UE ao declínio econômico**, 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/coronavirus-pandemic/covid-19-economy/>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, 2020b. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/20201006-recovery-resilience-rrf/>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **O espaço Schengen em síntese**, 2023b. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/schengen-area/#schengen>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Semestre Europeu em síntese**, 2024. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-semester/#what>. Acesso em: 28 mar. de 2024.

COURNÈDE, Boris; FOURNIER, Jean-Marc; HOELLER, Peter. **Public finance structure and inclusive growth**. [Policy paper]. OECD Economic Policy Papers, Paris, N°25, 17 de dez. de 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e99683b5-en>. Acesso em: 10 de out de 2023.

DOBREVA, Alina; LILYANOVA, Velina. **Plano Nacional de Recuperação e Resiliência da Bulgária**: situação mais recente. Bruxelas: Think Tank Parlamento Europeu, 18 de mar. de 2024. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2022\)733662](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2022)733662). Acesso em: 2 de abr. de 2024.

DUARTE, Olímpia. **A Roménia na Transição e democratização na Europa de Leste**, 2019. 123 f. Tese de Mestrado, UNL, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/65285>. Acesso em: 4 de nov. de 2023.

EUROSTAT. **Desemprego na Europa**, 2024b. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/UNE_RT_M__custom_7680578/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=2feeff57-57c9-4278-a50b-7e2279d699c2. Acesso em: 12 de abr. de 2024.

EUROSTAT. **Evolução do PIB da zona do euro**, 2024a. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tec00115/default/table?lang=en&category=t_na10.t_nama10.t_nama_10_ma. Acesso em: 12 de abr. de 2024.

EUROSTAT. **Inflação Europa**, 2023a. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/PRC_HICP_MANR__custom_3761882/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=4ad27e6f-358a-4a3d-82a0-587d69a833eb. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

EUROSTAT. **População na Europa**, 2024c. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/bookmark/edacacb0-acad-4876-859f-9549d766826b?lang=en>. Acesso em: 31 de mar. de 2024.

EUROSTAT. **Superavit/déficit do governo geral**, 2023b. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tec00127/default/table?lang=en&category=t_gov.t_gov_gfs10.t_gov_dd. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

EUROSTAT. **Taxas de crescimento trimestral na Europa**, 2024d. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/NAMQ_10_GDP__custom_7680558/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=a4ce6a9d-7ef1-48f1-a5bf-e23a717fcf75. Acesso: 13 de mar. de 2024.

FEM - FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório de riscos globais 2019**. Genebra: Fórum Econômico Mundial, 15 de jan. de 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-global-risks-report-2019/>. Acesso em: 19 de out. de 2023.

FEM - FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório do Futuro dos empregos 2018**. Genebra: Fórum Econômico Mundial, 17 de set. de 2018. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2018/>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Aviso de informação pública**: FMI conclui consulta do IV artigo com a Croácia, 21 de janeiro de 2000. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/pn0004>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Aviso de Informação Pública**: Conselho Executivo do FMI conclui Consulta do Artigo IV de 2010 e Quarta Revisão do Acordo Stand-By com a Roménia, 23 de jul. de 2010. Disponível em:

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/pn1097>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Bulgária Data Mapper**, 2023a. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/BGR>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Croácia Data Mapper**, 2023b. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/HRV>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Croácia: Declaração Conclusiva da Equipe da Missão do IV Artigo de 2016**, 10 de mai. de 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/52/mcs051016>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Data Mapper: PIB per capita por paridade de poder de compra, 2024**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPPC@WEO/FRA?zoom=FRA&highlight=FRA>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Perspectivas econômicas mundiais**, abril de 2020: o grande lockdown. Washington D.C., FMI, abr. de 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em: 14 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Polônia - Declaração Conclusiva da Visita da Equipe de 2013**, 22 nov. de 2013. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/52/mcs112213>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Polônia Data Mapper**, 2023c. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/pol>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Quarto artigo de 2013 de consulta com a Bulgária**, 30 de jan. de 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/31/Bulgaria-Staff-Report-for-the-2013-Article-IV-Consultation-41288>. Acesso em: 8 de nov. 2023.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Romênia Data Mapper**, 2023d. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/ROU>. Acesso em: 8 de nov. de 2023

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Uma estratégia para o envolvimento do FMI nos gastos sociais**. [Policy paper]. Washington D.C., FMI, jun. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2019/06/10/A-Strategy-for-IMF-Engagement-on-Social-Spending-46975>. Acesso em: 19 de set. de 2023.

GEORGIEVA, Kristalina. Reduzir a desigualdade para gerar oportunidades. **Blog do FMI**, Washington, DC, 7 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2020/01/07/blog-reduce-inequality-to-create-opportunity>. Acesso em: 18 de set. de 2023.

GOMES, Luiz. **A trajetória do socialismo na Bulgária (1945-1990)**. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica, 7., ago. 2017, Niterói. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/4%20A%20trajet%C3%B3ria%20do%20socialismo%20na%20Bulg%C3%A1ria%20\(1945-1990\).pdf](https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/4%20A%20trajet%C3%B3ria%20do%20socialismo%20na%20Bulg%C3%A1ria%20(1945-1990).pdf). Acesso em: 4 de nov. de 2023.

INVESTING. **Dados históricos – Petróleo Brent futuros**. Disponível em: <https://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>. Acesso em: 15 de abr. de 2023a.

INVESTING. **Mercados financeiros mundiais**. Disponível em: <https://br.investing.com/markets/>. Acesso em: 15 de abr. de 2023b.

KISS, Monika; SZECHY, Andras. **Plano Nacional de Recuperação e Resiliência da Hungria**: situação mais recente. Bruxelas: Think Tank Parlamento Europeu, 20 de abr. de 2023. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2023\)747098#:~:text=Hungary's%20National%20Recovery%20and%20Resilience%20Plan%3A%20Latest%20state%20of%20play,-Briefing%20%2D04&text=Initially%2C%20Hungary's%20share%20of%20the,being%20available%20until%20August%202023](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2023)747098#:~:text=Hungary's%20National%20Recovery%20and%20Resilience%20Plan%3A%20Latest%20state%20of%20play,-Briefing%20%2D04&text=Initially%2C%20Hungary's%20share%20of%20the,being%20available%20until%20August%202023). Acesso em: 2 de abr. de 2024.

MACHADO, Jerônimo de Moraes. **Austeridade ou austericídio?** uma discussão sobre as políticas de ajuste econômico nos PIIGs e no Brasil na última década. 2018. 83 f. Tese de mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/13026>.

MAZZUCATO, Mariana. **Políticas de inovação orientadas por missões**: desafios e oportunidades, Mudanças industriais e corporativas, Vº 27, edição 5, outubro de

2018, p.803-815. Disponível em:
<https://academic.oup.com/icc/article/27/5/803/5127692>. Acesso em: 22 de abr. de 2024.

MILEUSNIC, Marin. **Plano Nacional de Recuperação e Resiliência da Croácia:** situação mais recente. Bruxelas: Think Tank Parlamento Europeu, 5 de fev. de 2024a. Disponível em:
[https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2022\)733580](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2022)733580). Acesso em: 2 de abr. de 2024.

MILEUSNIC, Marin. **Plano Nacional de Recuperação e Resiliência da Romênia:** situação mais recente. Bruxelas: Think Tank Parlamento Europeu, 18 de mar. de 2024b. Disponível em:
[https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2022\)733641](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2022)733641). Acesso em: 2 de abr. de 2024.

MOLINA, Flavia. **O desenvolvimento econômico da Hungria após o fim do regime comunista segundo a perspectiva da economia política internacional**, 2017. 70 f. Trabalho de conclusão de curso - UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em:
https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFSC_0ac504a9bea104a1dc368587fb6991fa. Acesso em: 4 de nov. de 2023.

OBSERVATÓRIO FIESC. **Coronavírus:** impacto das fronteiras fechadas, 18 de mar. de 2020. Disponível em: <https://observatorio.fiesc.com.br/publicacoes/coronavirus-impacto-das-fronteiras-fechadas>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

ONTIVEROS, Eva. Abertura pós-coronavírus: as lições dos países asiáticos que começaram a abrir economias em meio a temor de novos surtos. **BBC News Brasil**, São Paulo, 25 de mai. de 2020. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52763118>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: Oversold?. **Finance and Development**, Washington, DC, v.53, n.2, jun. de 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso em: 14 de nov. de 2023.

OUR WORLD IN DATA. **Explorador de dados do Coronavírus**, 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>. Acesso: 30 de mar. de 2024.

PAHO - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

RAMOS, Emiliano. **A economia da Polônia após duas décadas de transição**, 2010. 91 f. Monografia, UFRS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28364>. Acesso em: 25 de out. de 2023.

SAPALA, Magdalena; SZCZEPANSKI, Marin. **Plano Nacional de Recuperação e Resiliência da Polônia**: situação mais recente, 2 de fev. de 2024. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2022\)733665](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2022)733665). Acesso em: 2 de abr. de 2024.

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA. **Procedimento em caso de déficit excessivo**, 3 de fev. de 2021. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:excessive_deficit_procedure. Acesso em: 12 de abr. 2024.

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA. **Síntese de**: Regulamento (UE) N° 407/2010 do Conselho, 2 de jun. 2022. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/european-financial-stabilisation-mechanism.html>. Acesso em: 12 de abr. de 2024.

SIDDIQUI, Sazada; ALHAMDI, Heba; ALGHAMDI, Huda. Cronologia recente da pandemia de COVID-19. **Frontiers in Public Health**, v.10, 3 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2022.778037/full>. Acesso em: 30 de set. de 2023.

SOUZA, José; LEVY, Paulo; SANTOS, Francisco; CARVALHO, Leonardo. **Carta de Conjuntura – 4° trimestre de 2019**. Brasília, IPEA, dez. de 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2019/12/>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Bulgária**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/bulgaria_pt. Acesso em: 14 de nov. de 2023a.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Bulgária e o Euro**. Disponível em: https://economy-finance.ec.europa.eu/euro/eu-countries-and-euro/bulgaria-and-euro_en. Acesso em: 8 de nov. de 2023a.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Grelha de avaliação do MRR**. Disponível em: https://ec.europa.eu/economy_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/index.html?lang=pt. Acesso em: 2 de abr. de 2024a.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **REPowerEU em síntese**. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt. Acesso em: 16 de fev. de 2024b.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **17 de dezembro de 2020 — Presidente Ursula von der Leyen anuncia início da vacinação na Europa para 27, 28 e 29 de dezembro**, 17 de dez. de 2020. Disponível: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/coronavirus-response/highlights/september-december-2020_pt. Acesso: 12 de abr. de 2024.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Assistência financeira UE**. Disponível em: https://economy-finance.ec.europa.eu/eu-financial-assistance_en. Acesso em: 14 de nov. de 2023b.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Avaliação do SURE**. Disponível em: https://economy-finance.ec.europa.eu/eu-financial-assistance/sure_en. Acesso em: 30 de mar. de 2024c.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **O Mecanismo de Recuperação e Resiliência**. Disponível em: [https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-recovery/recovery-and-resilience-facility_pt#:~:text=O%20Mecanismo%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20e%20Resili%C3%A7%C3%A3o%20\(MRR\)%20%C3%A9%20um%20instrumento,mais%20resiliente%20da%20crise%20atual](https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-recovery/recovery-and-resilience-facility_pt#:~:text=O%20Mecanismo%20de%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20e%20Resili%C3%A7%C3%A3o%20(MRR)%20%C3%A9%20um%20instrumento,mais%20resiliente%20da%20crise%20atual). Acesso em: 21 de fev. de 2024d

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **O que é o sistema de trocas de emissões (ETS) da UE**. Disponível em: https://climate.ec.europa.eu/eu-action/eu-emissions-trading-system-eu-ets/what-eu-ets_en. Acesso em: 30 de mar. de 2024e.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Relação com investidores NextGenerationEU**. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/eu-borrower-investor-relations/nextgenerationeu_en?prefLang=pt. Acesso em: 21 de fev. de 2024f.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Títulos verdes NextGenerationEU**. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/eu-budget/eu-borrower-investor-relations/nextgenerationeu-green-bonds_en?prefLang=pt. Acesso em: 4 de mar. de 2024g.

UNIÃO EUROPEIA. **Croácia**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/croatia_pt. Acesso em: 14 de nov. de 2023b.

UNIÃO EUROPEIA. **Hungria**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/hungary_pt. Acesso em: 14 de nov. de 2023c.

UNIÃO EUROPEIA. **NextGenerationEU**. Disponível: https://next-generation-eu.europa.eu/index_pt. Acesso em: 17 fev. de 2024.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, Bélgica, 12 de fev. de 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32021R0241>. Acesso em: 12 de mar. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. Regulamento (EU) 2023/435 do Parlamento Europeu e do Conselho. **Jornal oficial da União Europeia**, Bruxelas, Bélgica, 28 de fev. 2023d. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2023/435/oj>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Polônia**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/poland_pt. Acesso em: 14 de nov. de 2023e.

UNIÃO EUROPEIA. **Romênia**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/romania_pt. Acesso em: 14 de nov. de 2023f.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado da União Europeia**. Maastricht, 7 fevereiro de 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11992M/TXT>. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia** (versão consolidada). 26 de nov. de 2012. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:12012E/TXT>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.